



Número: **0801225-09.2019.8.15.0181**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Guarabira**

Última distribuição : **10/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro, Obrigação de Fazer / Não Fazer**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
IVANILDO BARBOSA (AUTOR)		ANTONIO TEOTONIO DE ASSUNCAO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21082831	10/05/2019 11:40	Petição Inicial	Petição Inicial
21083214	10/05/2019 11:40	INICIAL DPVAT- IVANILDO BARBOSA	Outros Documentos
21083215	10/05/2019 11:40	PROCURAÇÃO E DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA	Procuração
21083217	10/05/2019 11:40	CNH	Outros Documentos
21083218	10/05/2019 11:40	COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Outros Documentos
21083220	10/05/2019 11:40	B.O	Outros Documentos
21083221	10/05/2019 11:40	LAUDO MÉDICO	Outros Documentos
21083222	10/05/2019 11:40	DOC MOTO	Outros Documentos
21083226	10/05/2019 11:40	PROTOCOLO CORREIOS-IVANILDO	Outros Documentos
21083230	10/05/2019 11:40	RESPOSTA SEGURADORA	Outros Documentos
21083232	10/05/2019 11:40	GuiaCustas- IVANILDO BARBOSA	Outros Documentos
21302903	23/05/2019 12:38	Despacho	Despacho
21795281	06/06/2019 10:17	Inclusão no Mutirão DPVAT	Certidão
22094615	18/06/2019 12:48	Expediente	Expediente
22094616	18/06/2019 12:48	Carta	Carta
23020610	26/07/2019 11:14	Documento de Comprovação	Documento de Comprovação
23020614	26/07/2019 11:14	0801225-09.2019	Aviso de Recebimento
23064915	29/07/2019 14:45	Contestação	Contestação
23064940	29/07/2019 14:45	KIT_SEGURADORA_LIDER	Procuração

23065 263	29/07/2019 14:45	IVANILDO BARBOSA-DOCS ADM	Outros Documentos
23065 280	29/07/2019 14:45	2624015_CONTESTACAO_01	Outros Documentos
24076 916	03/09/2019 12:01	Termo de Audiência	Termo de Audiência
24076 919	03/09/2019 12:01	0801225-09.2019-AUD-SEMACORDO-2P-C-PERÍCIA	Termo de Audiência
24076 921	03/09/2019 12:01	Ofício 1073 pagto perito dpvat 2019 JÂNIO 2ª VARA-2	Ofício
24076 924	03/09/2019 12:01	REMESSA AO CARTORIO 1	Outros Documentos
27190 087	18/12/2019 15:58	HABILITAÇÃO	Petição de habilitação nos autos
27190 091	18/12/2019 15:58	PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS_2016	Procuração
27190 092	18/12/2019 15:58	SUBSTABELECIMENTO- SUELIO	Substabelecimento
28201 966	12/02/2020 07:44	Certidão de Decurso de prazo	Certidão de Decurso de prazo
30915 061	23/05/2020 01:45	Despacho	Despacho
30933 634	25/05/2020 08:06	Expediente	Expediente
31108 361	29/05/2020 12:25	Juntada dos ofícios nº 1358/2019 e 235/2019	Certidão
31108 369	29/05/2020 12:25	Ofício do 235-2019 do BB - proc. 0800125-58.2015.815.0181	OFÍCIO
31108 374	29/05/2020 12:25	Ofício nº 1358-2019, autorizando pagamento perícia DPVAT	OFÍCIO

SEGUE PETIÇÃO E DOCUMENTOS EM ANEXO



MM. JUÍZO DE DIREITO DA ____VARA DA COMARCA DE GUARABIRA-PB

IVANILDO BARBOSA, brasileiro, solteiro, convivente em união estável, inscrito no RG sob nº 144372 SSP-PB, CPF sob nº 674.531.044-91, residente e domiciliado na Rua Honorato Araújo Filho, nº 31, Nordeste II, Guarabira-PB, CEP: 58200-000, sem utilização de endereço eletrônico; por de seu procurador e advogado, *in fine* assinado, com escritório situado na Rua Osório de Aquino, 60, Centro, Município de Guarabira-PB, CEP: 58.200-000, onde recebe intimações de todos os atos processuais decorrentes deste processo, vem à presença de V. Exa, propor

AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citado a Rua Senador Dantas, 74-5º Andar-Centro, CEP: 20031-205 - Rio de Janeiro – RJ Telefone: 21 3861-4600 - Fax: 21 2240-9073, pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir expostos:

I-DOS FATOS E FUNDAMENTOS:

No dia 19 de março de 2018 o promovente foi vítima de acidente de trânsito vindo a sofrer FRATURA DO 2º METATARSO



ESQUERDO E FRATURA DO CALCÂNEO, conforme documentos em anexo.

MM Juiz, o requerente até a presente data guarda sequelas do referido acidente já que devido a gravidade do acidente que atingiu em específico a região do pé esquerdo, debilitando-o no desempenho das funções da vida cotidiana.

Tal fato coloca o suplicante na condição de beneficiário do Seguro Obrigatório – DPVAT, o que lhe assegura o direito a uma indenização de até R\$ 13.500,00 de acordo com o que determina a Lei 6.194/74.

Estando o requerente acobertado pelo direito de ser indenizado com o seguro DPVAT, através de uma seguradora, resolveu acionar a justiça tendo em vista que teve seu direito negado pela seguradora a qual busca de toda forma se esquivar do seu dever de reconhecer o direito do segurado, conforme demonstrado através dos documentos em anexos.

O requerente está amparado pela Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Preceitua o Art. 5, da Lei nº 8.441/92 o seguinte:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Ainda se referindo à Lei nº 8.441/92, o seu Art. 7º determina que o pagamento do DPVAT poderá ser efetuado junto a qualquer uma das seguradoras que façam parte do consórcio das seguradoras, coordenadas pela FENASEG.



Vejamos algumas decisões dos nossos Tribunais que se posicionam de maneira uníssona quanto à matéria de fato:

65002106 – APELAÇÃO CÍVEL – SEGURO OBRIGATÓRIO – CARÁTER SÓCIO-ASSISTENCIAL DA LEI – PROVA DO FATO E DANOS – Para caracterização da indenização do seguro obrigatório – DPVAT, basta provar os fatos e as consequências danosas, sem se cogitar da culpa de quem quer que seja. O seguro é marcado sócio assistencial. (TJRO – AC 01.000486-6 – C. Civ. – Rel. Des. Sebastião T. Chaves – J. 07.08.2001).

Relator: DES. ANTÔNIO DE PADUA LIMA MONTENEGRO. Ano: 002. Data Julgamento: 21/11/2002. Data Pub. no DJ: 23/11/2002. Natureza: APELAÇÃO CÍVEL. Órgão Julgador: 1ª CAMARA CIVEL. Origem: CAPITAL. Ementa: DPVAT. Seguro obrigatório, Acidente de trânsito. Vítima fatal. Valor pré-fixado. Premio. Correção monetária e juros legais a contar do sinistro. Incidência. Pagamento apenas do valor tabelado. Pedido de pagamento do resíduo. Possibilidade. Improcedência. Apelação Cível provida em parte. Sobre o valor pré-fixado da indenização do seguro obrigatório DPVAT deve incidir correção monetária e juros legais a contar da data do sinistro, quando nasceu a obrigação da seguradora. Desse modo, se apenas é pago o valor tabelado, sem os acréscimos legais, impõe-se julgar procedente o pedido de pagamento do resíduo do seguro.

32109786- CIVIL-INDENIZAÇÃO- SEGURO OBRIGATÓRIO O DE VEÍCULO DPVAT-INEXISTÊNCIA DE COMPLEXIDADE NA PERÍCIA- PRELIMINAR AFSTADA- COMPETÊNCIA DO JEC- LAUDO DO IML- PROVA SUFICIENTE- 1) não se conhece de preliminar de incompetência do jec quando a prova dos autos, calcada em perícia do iml, é suficiente ao convencimento do juízo, prescindindo de outra prova pericial mais complexa. 2) constatada, através de perícia do iml local, a invalidez permanente, que incapacitou definitivamente a vítima para o trabalho e subsistência sem ajuda de terceiros, a indenização há que ser pelo valor total previsto na alínea b, do Art. 3º, da Lei nº 6.194/74. 3) Recurso conhecido, rejeitando-se a preliminar de incompetência e mantendo, no mérito, íntegra a r. Sentença Recorrida. Conhecer e negar provimento ao recurso, por unanimidade. (TJDF-ACJ



20000110774307-2º T.R.J.E.-Rel. Des. Benito Augusto Tiezi- DJU 08.02.2002-P.126)

CONTRATO DE SEGURO - SINISTRO - INDENIZAÇÃO - CORREÇÃO MONETÁRIA - É devida a correção monetária quando não paga a indenização no prazo legalmente previsto. Lei nº 5.488/68. Recurso da segurada conhecido em parte e em parte provido. (STJ - REsp 34.304-9 - PE - Rel. Ministro Antônio Torreão Braz - DJU 21.08.95).

No que se refere à correção monetária, a Lei nº 6.899/81, estabelece em seu Art. 1º:

“A correção monetária incide sobre qualquer débito resultante de decisão judicial inclusive sobre custas e honorários advocatícios”.

O Superior Tribunal de Justiça, através da Sumula 54 - 24/09/1992 - DJ 01.10.1992, assim tem decidido:

“Juros Moratórios - Responsabilidade Extracontratual-
Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual”.

Logo, tendo em vista o envio de toda documentação necessária para o recebimento do seguro dentro do prazo legal não haveria motivos para o segurado ter seu direito negado como ocorreu no caso em comento, motivo pelo qual o Promovente vem requerer seu direito através das vias judiciais.

II-DOS PEDIDOS

EX POSITIS, vem o Promovente perante V. Ex.ª, requerer o recebimento da presente ação com os documentos que a instruem. Requerer a PROCEDÊNCIA dos pedidos para ao final, condenar a Requerida, ao pagamento da indenização correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), referentes à indenização por acidente automobilístico, devendo haver a condenação no valor máximo face às consequências do acidente, requerendo ainda o seguinte:



a) Seja citada a Promovida, no endereço declinado na presente exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão.

b) Seja a Promovida, condenada ao pagamento de honorários advocatícios, estes na base de 20 % (vinte por cento) calculados sobre o valor da condenação.

c) Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais.

d) Com base da Súmula 54 do STJ, sejam os valores da condenação, devidamente atualizados, acrescidos de juros retroativos a data do sinistro.

e) Sejam os valores devidamente acrescidos de juros e correção monetária, retroativos a data do sinistro.

f) Em observância do disposto no art. 319, inciso VII do CPC, o Requerente opta pela realização de audiência de conciliação ou de mediação.

g) Requer por fim a gratuidade da Justiça, nos termos da Lei n. 1060/50, por ser pobre na forma da Lei, cuja declaração segue em anexo.

Dá-se a presente causa o valor de R\$ 13.500,00 para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,
Pede deferimento.
Guarabira-PB, datado e assinado eletronicamente.

ANTONIO TEOTONIO DE ASSUNÇÃO
OAB/PB 10.492



PROCURAÇÃO AD – JUDICIA

OUTORGANTE: IVANILDO BARBOSA, **brasileiro, solteiro, em união estável CPF 674.531.044-91**, RG 144372 SSP-PB, residente e domiciliado na Rua Honorato Araújo Filho, nº31, Nordeste II, Guarabira-PB, CEP: 58200-000.

OUTORGADO: ao Bel. ANTONIO TEOTONIO DE ASSUNÇÃO, OAB PB 10.492 com escritório profissional à Rua Osório de Aquino, 60 - centro, Guarabira-PB, CEP.: 58.200-000.

PODERES: Conferindo-lhes amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, com a Cláusula "AD-JUDICIA", a fim de que possa defender os interesses e direitos da outorgante, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, Repartição Pública, Autarquia ou Entidade Paraestatal, propondo ação competente em que o outorgante seja autor ou Requerente e defendendo quando for réu, interessado ou requerido, podendo conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer, firmar compromisso, prestar declarações, receber citação, bem como, substabelecer presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhe convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por firme e valioso.

Guarabira, 23 de abril de 2018.


IVANILDO BARBOSA

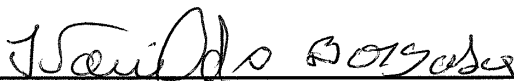


DECLARAÇÃO

Declaro para fins de direito que eu IVANILDO BARBOSA, **brasileiro, solteiro, em união estável CPF 674.531.044-91**, RG 144372 SSP-PB, residente e domiciliado na Rua Honorato Araújo Filho, nº31, Nordeste II, Guarabira-PB, CEP: 58200-000, não tenho condições de arcar com as despesas processuais, sob pena de comprometer a renda da minha família.

Reitero que é verdade e digno de o que aqui consta sujeitando-me a todas as penas da Lei.

Guarabira, 23 de abril de 2018



IVANILDO BARBOSA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DE TRÂNSITO
 FEDERAL NATIONAL DE TRANSPORTATION

IVANTIDO BARBOSA

CPF: 1494308512

DATA NASCIMENTO: 07/05/1968

PLACA: 674-551-041-2

MARIA MARCELA DA SILVA CONCEIÇÃO

04236270900

03/07/2022

22/11/2009

VALIDADEM TODOS O TERRITÓRIO NACIONAL

1494308512

PROIBIDO PLASTIFICAR

1494308512

PARAIBA





O Seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua Carga a Pessoas Transportadas ou Não) foi criado em 1974, para amparar as vítimas de acidentes com veículos em todo o território nacional, não importando de quem seja a culpa. Como se vê, trata-se de um seguro eminentemente social.

saiba +
www.seguradoralider.com.br

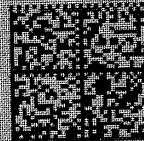
Seguro DPVAT - Proteção para todos



Seguradora

LÍDER

Administradora do Seguro DPVAT



Corre
R\$ 01

21.02.19 11:38

AGF MAR

IVANILDO BARBOSA
RUA HONORATO ARAUJO FILHO, 31
NORDESTE II
CEP 58200-000 - GUARABIRA - PB

DEVOLUÇÃO Seguradora Líder - DPVAT CAIXA POSTAL 40.970 CEP: 20.270-971 www.seguradoralider.com.br		Para uso dos correios <input type="checkbox"/> Mudou-se <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Recusado <input type="checkbox"/> Ausente <input type="checkbox"/> Não procurado Data _____ <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado <input type="checkbox"/> Falecido	Responsável pela informação <input type="checkbox"/> Morador <input type="checkbox"/> Síndico <input type="checkbox"/> Porteiro Entregador _____
--	--	---	---

Entre em contato conosco
SAC DPVAT 0800 022 12 04
www.seguradoralider.com.br



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Ocorrência nº. 156/2018
Livro nº 003/2017
Fls. 89



Aos DEZENOVE dias de ABRIL de DOIS MIL E DEZOITO, nesta cidade de GUARABIRA/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **HUGO PEREIRA LUCENA**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) do seu cargo, aí, por volta 15h:20min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

IVANILDO BARBOSA, brasileiro, natural de Taperoá/PB, com 49 anos de idade, nascido aos 17/05/1968, união estável, montador de móveis, RG nº 1444372 SSP/PB, CPF nº 674.531.044-91, filho de Maria Margarida da Conceição, residente na rua Honorato Araújo Filho, nº 31, Nordeste II, Guarabira/PB. Fone: (083) 98724-0893

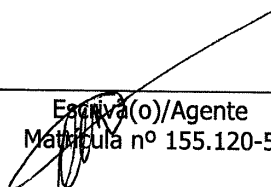
a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil, para registrar o seguinte:

QUE, no dia 19/03/2018, por volta das 14h30min, trafegava pela rua Manoel Celeiro, bairro do Cordeiro desta cidade de Guarabira/PB, em sua moto Yamaha/Factor YBR 125K, placa OFB 1868/PB, chassi 9C6KE1520B0047280, renavam 67453104491, ano/modelo 2011, em nome do noticiante, quando ao sinalizar para entrar à esquerda, foi abalroado por outra moto; QUE caiu, fraturando o calcanhar e dedos do pé esquerdo; QUE foi socorrido pelo Corpo de Bombeiros para o Hospital Regional desta cidade e em seguida transferido para o Hospital de Mangabeira na Capital do Estado; QUE o condutor da outra moto não chegou a parar, razão pela qual não conseguiu identifica-lo, tampouco a moto; QUE possui CNH nº 04236270900, categoria AB.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

Guarabira/PB, 19 de abril de 2018.


IVANILDO BARBOSA
Noticiante


Escrivã(o)/Agente
Matrícula nº 155.120-5





ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SAÚDE
COMPLEXO DE SAÚDE DE GUARABIRA

março 2018



SUS
Sistema
Único
de Saúde

FLUXO DE REFERÊNCIA INTRA E INTER REGIONAL

FICHA DE ENCAMINHAMENTO Nº: _____ CLÍNICA: _____
DO HOSPITAL: Urgência Guarabira
PARA O HOSPITAL: Oftalmologia
MÉDICO ASSISTENTE: Raul Lima DATA: 1/1/1

IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO:
NOME: Tramilo Barbosa SEXO: M
PROFISSÃO: _____ DOCUMENTO: Nº: _____ IDADE: 44
ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____
MUNICÍPIO: _____ ESTADO: _____

ANAMNESE E EXAMES FÍSICOS SUMÁRIOS:
Paciente com queixa de dor no olho direito há alguns dias, com lacrimejamento e visão turva.
A 70% DAS ABD LMM
E. FCC e dor no pe. E co
les tendão

MEDICAMENTOS PRESCRITOS:
Cefazolin 1g
Timoxicon 40-g
Dipirona 1g

DIAGNÓSTICO: Poltrona
PROVÁVEL: _____ CID: _____



Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda.

Avenida Rui Barbosa Nº 240 – Centro – Guarabira-PB.

Fone: (83) 3271 1156

Laudo Médico

O paciente, IVANILDO BARBOSA, Montador de Móveis, portador do RG: 1.444.372 SSP-PB, foi atendido neste Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda. CGC: 09.239.906/0001-38, com nomenclatura de CID 10 T93, compareceu no dia 07/06/2018, é portador de Sequela de Fratura do 2º Metatarso esquerdo + Fratura do Calcâneo, submetido a tratamento cirúrgico no Hospital Complexo Hospitalar Mangabeira, conforme laudo médico.

Guarabira, 07 de Junho de 2018.

Dr. Aluísio Paredes
CRM 1600

Dr. Aluísio Paredes Moreira.

CRM: 1600.



DETRAN - PB
CERTIFICADO DE REGISTRO E VENCIMENTO DE VEÍCULO
 Nº 012710485860

VIA 1 00349401187 00000000000 2016

IVANILDO BARBOSA

CPF / CNPJ 67453104491 PLACA QFB1868/PB

PLACA ANTI-UF NOVO REI SEGRE 152800047280

ESPECIE/TIPO COMBUSTÍVEL PAS/MOTOCICLETA/NAO APETIC GASOLINA

MARCA/MODELO ANO FAB. ANO MOD. YAMAHA/FACTOR YBR125 K 2011 2011

CAP/POT/CIL. CATEGORIA COA.PREDOMINANTE 2 P/124 /C1 PARTIC VERMELHA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA 1ª IPVA PAGO EM 18/08/2016 1ª

FAIXA IPVA PARCELAMENTO / COTAS 2ª

A ***** 0 3ª

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

***** SEGURO 18/08/2016

OBSERVAÇÕES

A.F. AYMOREAL CRED. FINANCE E INVEST. S/A

NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

GUARABIRA - PB LOCAL 18/08/2016

40649 41491

EXPEDIDOR

SEGURO OBRIGATORIO DE DANO DE TERCEIROS CAUSADOS POR VEICULO AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, E POR SUA CARGA, A PESSOA

PB Nº 012710485860 - BILHETE DE SEGURO DPVAT

IVANILDO BARBOSA

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br
 SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA 1 00349401187 00000000000 2016

IVANILDO BARBOSA

RENAVAM MARCA/MODELO

ANO FAB. CATEG. Nº CHASSI

1 67453104491 QFB1868/PB

00349401187 PRÊMIO TARIFÁRIO YBR125 K

FNS (R\$) DENATRAN (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)

2011 9 906KE1520B0047280

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO

***** PAGAMENTO - SEGURO

COTA ÚNICA PARCELADO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04
 www.seguradoralider.com.br

41491-1432254-20160818



CPF: 000.000.000-00
Nome: JOAO CARLOS
Data de Nascimento: 01/01/1980
CPF: 000.000.000-00

CPF: 000.000.000-00
Nome: JOAO CARLOS
Data de Nascimento: 01/01/1980
CPF: 000.000.000-00

Nome: JOAO CARLOS
CPF: 000.000.000-00
Data de Nascimento: 01/01/1980
CPF: 000.000.000-00

CPF: 000.000.000-00
Nome: JOAO CARLOS
Data de Nascimento: 01/01/1980
CPF: 000.000.000-00
Data de Nascimento: 01/01/1980
CPF: 000.000.000-00
Data de Nascimento: 01/01/1980
CPF: 000.000.000-00
Data de Nascimento: 01/01/1980

CPF: 000.000.000-00
Nome: JOAO CARLOS
Data de Nascimento: 01/01/1980
CPF: 000.000.000-00
Data de Nascimento: 01/01/1980
CPF: 000.000.000-00
Data de Nascimento: 01/01/1980

SI 69098348 2 BR

CPF: 000.000.000-00
Nome: JOAO CARLOS
Data de Nascimento: 01/01/1980
CPF: 000.000.000-00
Data de Nascimento: 01/01/1980
CPF: 000.000.000-00
Data de Nascimento: 01/01/1980

CPF: 000.000.000-00
Nome: JOAO CARLOS
Data de Nascimento: 01/01/1980
CPF: 000.000.000-00
Data de Nascimento: 01/01/1980
CPF: 000.000.000-00
Data de Nascimento: 01/01/1980

CPF: 000.000.000-00
Nome: JOAO CARLOS
Data de Nascimento: 01/01/1980
CPF: 000.000.000-00
Data de Nascimento: 01/01/1980

CPF: 000.000.000-00
Nome: JOAO CARLOS
Data de Nascimento: 01/01/1980
CPF: 000.000.000-00
Data de Nascimento: 01/01/1980

VIA-CLIENTE
SAGA 00001



SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

UBERLÂNDIA SOLICITADA

() MORTE () INVALIDEZ PERMANENTE () DAMS

IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

VÍTIMA

DATA DO ACIDENTE

POSSUI CPF () SIM () NÃO

Nº CPF

PARA VÍTIMAS OU BENEFICIÁRIOS COM IDADE DE 0 A 15 ANOS

- () Documento de identificação do Representante Legal (cópia simples)
- () CPF do Representante Legal (cópia simples)
- () Comprovante de residência do representante legal (cópia simples), ou declaração de residência (original).

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Com base na legislação em vigor, poderão ser solicitados documentos complementares.
- Para acompanhar o pedido de indenização, acesse www.seguradoralider.com.br ou ligue grátis SAC DPVAT 0800 022 1204.
- Todos os documentos devem estar legíveis

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

- () Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- () Laudo de Invalidiz do IML – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Declaração de Ausência de Laudo do IML (original), junto com relatório médico, comprovando a existência de sequelas permanentes, com a data da alta definitiva – Somente na impossibilidade de apresentar o laudo do IML.
- () Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- () Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- () Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- () Autorização de pagamento (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE DAMS

- () Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- () Comprovantes das despesas (recibos e notas fiscais), contendo a discriminação dos honorários médicos e despesas médicas (materiais e medicamentos), juntamente com os recibos médicos (originais)
- () Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- () Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- () Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- () Autorização de pagamento (original), com documento que confirme os dados bancários (orientações no próprio formulário)

- () Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não

- () Certidão de óbito da vítima – cópia autenticada: () Sim () Não

- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário

- () Documento de identificação da vítima (cópia simples)

- () CPF da vítima (cópia simples)

- () Documento de identificação de todos os beneficiários (cópia simples)

- () CPF de todos os beneficiários (cópia simples)

- () Comprovante de residência dos beneficiários (cópia simples) ou comprovante de residência de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de Residência (original).

- () Autorização de pagamento para todos os beneficiários (original), com documentos que os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)

- () Laudo Cadastrário (IML) – somente quando solicitado - Cópia Autenticada: () Sim () Não

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS - COBERTURA MORTE

- BENEFICIÁRIO CÔNJUGE (ESPOSO OU ESPOSA)

- () Certidão de Casamento com data atual (cópia simples)

- () Declaração de Cônjuge (original)

- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A)

- () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal prova de dependência através da carteira de trabalho, ou Alvará Judicial reconhecendo a união (cópia simples)

- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A) E CÔNJUGE – QUANDO AMBOS (AS) SÃO BENEFICIÁRIOS (A)

- () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal Declaração Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)

- () Certidão de Casamento, com data atual (cópia simples)

- () Declaração de Separação de Fato (original), declarada pelo cônjuge

- () Termo de Conciliação (original), assinado pelo(a) companheiro(a), e o cônjuge

- BENEFICIÁRIO DESCENDENTE (FILHOS) OU NETO(A)

- () Declaração de Únicos Herdeiros (original)

- BENEFICIÁRIO ASCENDENTE (PAI, MÃE OU AVÓS)

- () Declaração de Únicos Herdeiros (original)

- BENEFICIÁRIO COLATERAL (IRMÃO, IRMÃ, TIO (A) OU SOBRINHO(A))

- () Declaração de Únicos Herdeiros (original)

- () Certidão de Óbito dos pais da vítima (cópia simples)

- () Certidão de Óbito dos filhos da vítima – quando necessário - (cópia simples)

- () Outros Documentos apresentados:

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO

Portador da documentação (Nome)

Quem é o portador? () Vítima () Beneficiário () Representante Legal - CPF do portador

E-mail

Tel.

Data

Assinatura

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

Ponto de Atendimento (Nome do Ponto)

Atendente

Data

Assinatura

Maria do Livramento da S. Pontes
Ag. de Correios/Atividade Comercial
AC Guarabira - Matr. 8.496.663-8

ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 30300576 - AC GUARABIRA
GUARABIRA - PB
CNPJ: 00.3403831/0001216 Ins. Est.: 160745000

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente: SEGURODESA LULIER CONSOR SEGU
CNPJ/CPF: 0124306000104
Doc. Post.: 289036242
Contrato: 9912280636 Cod. Adm.: 11205709
Cartao: 62267655

Movimento: 01/05/2018 Hora: 08:36:35
Caixa: 87533471 Matrícula: 84777877
Lancamento: 007 Atendimento: 00001
Modalidade: A Faturar ID Tiquete: 1505988908

DESCRIÇÃO	QTD.	FRECO(R\$)
SEGURO DE VAT ATE 50	1	23,26+
Valor do Porte(R\$):	23,26	
Peso real (G):	51	
CNPJ/CPF Remetente: 67453104491		
Nome Remetente: EVANILDO BARBOSA		
Endereço Remetente: RUA HONORATO ARAUJO FILHO		
Cont. Endereço: 31 - NOROESTE II		
Cep Remetente: 58200-000		
Cidade Remetente: GUARABIRA		
UF Remetente: PB		
POSTAL RESPOSTA DIV	1	29,00
Valor do Porte(R\$):	29,00	
Cep Destino: 20031-205 (RJ)		
Peso real (G):	51	
OBJETO: SI600994231BR		

TOTAL: 52,26

V. não pago não solicitado(R\$)
Não pago objeto com valor.
utiliza o serviço adicional de valor declarado.

A FATURAR

Reconheço a prestação do(s) serviço(s) acima
prestado(s), o(s) qual(is) pagarei mediante
apresentação de fatura. Os valores constantes
deste comprovante poderão sofrer variações de
acordo com as cláusulas contratuais

Nome: RG:
Ass. Responsável:

SERV. POSTAIS, DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Cuide tempo! Dêize o N° de Pré-Atendimento d
os Correios
recomenda cilíndrica ou esférica
implica cobrança adicional de R\$ 20,00.

VIA-CLIENTE

SARA 7.8.01

SI 670994231BR



CONSTATOS BÁSICOS DA COBERTURA DE MORTE

1

IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

VÍTIMA

DATA DO ACIDENTE

PARA VITIMAS OU BENEFICIÁRIOS DO REPRESENTA

() Documento de Identificação do Autor

() Comprovante de residência do representante

...montar...

- Com base na legislação em vigor, poderão ser solicitados documentos complementares.
- Para acompanhar o pedido de indenização, acesse www.seguradoralider.com.br ou ligue grátis SAC DPVAT 0800 022 1204.
- Todos os documentos devem estar legíveis

DOCUMENTOS BASICOS DA COBERTURA DE ANÁLISE

- ☐ Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim, () Não
- ☐ Documentos médicos/hospitais que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- ☐ Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- ☐ Laudo de invalidez do IML – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- ☐ Declaração de Ausência de Laudo do IML (original), junto com relatório médico, comprovando a existência de sequelas permanentes, com a data da alta definitiva – Somente na impossibilidade de apresentar o laudo do IML.
- ☐ Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- ☐ Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- ☐ CPF da vítima (cópia simples)
- ☐ Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- ☒ Autorização de pagamento (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE DADOS

- () Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- () Comprovaantes das despesas (recibos e notas fiscais), contendo a discriminação dos honorários médicos e despesas médicas (materiais e medicamentos), juntamente com os recibuários médicos (originais)
- () Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- () Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- () Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- () Autorização de pagamento (original), com documento que confirme os dados bancários (orientações no próprio formulário)

- () Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada: () Sim () Não
() Certidão de óbito da vítima – cópia autenticada: () Sim () Não
() Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
() Documento de identificação da vítima (cópia simples)
() CPF da vítima (cópia simples)
() Documento de identificação de todos os beneficiários (cópia simples)
() CPF de todos os beneficiários (cópia simples)
() Comprovante de residência dos beneficiários (cópia simples) ou comprovante de residência de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de Residência (original).
() Autorização de pagamento para todos os beneficiários (original), com documentos que comprovem a situação financeira dos beneficiários.
() Autorização de pagamento para todos os beneficiários (original), com documentos que comprovem a situação financeira dos beneficiários.
() Laudo Cadavérico (IML) – somente quando solicitado - Cópia Autenticada: () Sim () Não

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIARIOS

- BENEFICIÁRIO CÔNJUGE (ESPOSO OU ESPOSA)**
- () Certidão de Casamento com data atual (cópia simples)
- () Declaração de Cônjuge (original)
- BENEFICIÁRIO COM PANHEIRO (A)**
- () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal de dependência através da carteira de trabalho, ou Alvará Judicial reconhecendo a união
- (cópia simples)
- BENEFICIÁRIO COM PANHEIRO (A) E CÔNJUGE – QUANDO AMBOS (AS) SÃO BENEFICIÁRIOS (A)**
- () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal Decisão Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)
- () Certidão de Casamento, com data atual (cópia simples)
- () Declaração de Separação de Fato (original), declarada pelo cônjuge
- () Termo de Conciliação (original), assinado pelo(a) companheiro(a), e o cônjuge
- BENEFICIÁRIO DESCENDENTE (FILHO(A) OU NETO(A))**
- () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO ASCENDENTE (PAI, MÃE OU AVÓS)**
- () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO COLATERAL (IRMÃO, IRMÃ, TIO (A) OU SOBRINHO(A))**
- () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- () Certidão de Óbito dos pais da vítima (cópia simples)
- () Certidão de Óbito dos filhos da vítima – quando necessário - (cópia simples)
- () Outros Documentos apresentados: _____

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO

Portador da documentação (Nome) _____

Quem é o portador? () Vilma (X) Beneditano () 92
Tel.: (81) 92

Data 21/02/2012 Assinatura [Signature]

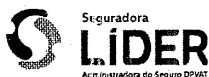
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

Ponto de Atendimento (Nome do Ponto) DE GUACABETÁ João Rivelino De

Atendente AC Garibit

Data: _____ Assinatura: _____





Rio de Janeiro, 23 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **IVANILDO BARBOSA**

Nº Sinistro: **3180283436**

Vítima: **IVANILDO BARBOSA**

Data do Acidente: **19/03/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o número de sinistro **3180283436**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias**, a partir do recebimento pela seguradora de **toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12999195



Posição em 19-09-2018 14:24:58

Seu pedido de indenização foi avaliado por nossa equipe técnica e identificamos pendências na documentação apresentada que impedem a conclusão de seu processo. Por favor, regularize os documentos listados abaixo e entregue-os, o quanto antes, no mesmo local onde você deu entrada para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Documentação médico-hospitalar	Vítima	Não Conforme	



Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **IVANILDO BARBOSA**
Nº Sinistro: **3180283436**
Vitima: **IVANILDO BARBOSA**
Data do Acidente: **19/03/2018**
Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: **EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o número **3180283436**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.


O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Carta nº 13266295



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 018.3.19.00805/01
			Data de emissão: 10/05/2019
Nº do Processo:	Comarca: Guarabira	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/05/2019
Número da guia: 018.2019.600805 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,12
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.002,40 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 13,01 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.219,26
			Desconto total: R\$ 0,00
866000000129 192609283184 520190531019 831900805019 			Valor final: R\$ 1.219,26

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 018.3.19.00805/01
			Data de emissão: 10/05/2019
Nº do Processo:	Comarca: Guarabira	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/05/2019
Número da guia: 018.2019.600805 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,12
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.002,40 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 13,01 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.219,26
			Desconto total: R\$ 0,00
866000000129 192609283184 520190531019 831900805019 			Valor final: R\$ 1.219,26

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 018.3.19.00805/01
			Data de emissão: 10/05/2019
Nº do Processo:	Comarca: Guarabira	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/05/2019
Número da guia: 018.2019.600805 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 50,12
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.002,40 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Despesas processuais postais: R\$ 13,01 - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.219,26
			Desconto total: R\$ 0,00
866000000129 192609283184 520190531019 831900805019 			Valor final: R\$ 1.219,26





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 018.2019.600805

Data Vencimento: 31/05/2019

Data Emissão: 10/05/2019

Comarca: Guarabira

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: IVANILDO BARBOSA

Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Despesas Processuais: R\$ 13,01

Custas: R\$ 1.002,40

Taxa: R\$ 202,50

Total da Guia: R\$ 1.217,91

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Guarabira

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801225-09.2019.8.15.0181

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade judiciária.

Tendo a parte autora manifesta o seu interesse na audiência de conciliação, encaminhe-se os autos ao CEJUSC, objetivando a designação de dia e hora para realização da audiência de conciliação e mediação, observando as cautelas legais.

Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para a referida audiência.

Cite-se/intime-se a parte demandada, fazendo as advertências legais.

Cumpra-se.

Datado e assinado eletronicamente.





Poder Judiciário da Paraíba

2ª Vara Mista de Guarabira

Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

Número do Processo: 0801225-09.2019.8.15.0181

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [SEGURO, OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER]

Polo ativo: AUTOR: IVANILDO BARBOSA

Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, encaminho estes autos ao CEJUSC de Guarabira para inclusão no mutirão DPVAT 2019.

GUARABIRA, 6 de junho de 2019

CLAUDIO ARAUJO DA SILVA



Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ARAUJO DA SILVA - 06/06/2019 10:17:25

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19060610172522800000021171295>

Número do documento: 19060610172522800000021171295

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
Cejusc I - Cível - Guarabira - FPL/UEPB

Tel.: () ; e-mail:
Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.00

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVENTE PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Fórum da Comarca de Guarabira
Rua Solon de Lucena, 55 – Centro
Guarabira/PB – CEP 58200-00
(83)3271-3342 – ramal 29

Nº DO PROCESSO: 0801225-09.2019.8.15.0181
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [SEGURO, OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER]

AUTOR: IVANILDO BARBOSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

INTIMAÇÃO

Nos termos do art. 334, § 3º, do CPC/2015, **INTIMO** a parte promovente, através do seu advogado, para comparecer a audiência de Conciliação, marcada para o dia **26/08/2019, a partir das 08:00h, na sala de Audiências do CEJUSC, situado no Fórum da Comarca de Guarabira/PB, onde será realizado o mutirão DPVAT. O atendimento é por ordem de chegada, podendo a parte comparecer até às 11:00h.** Fica advertido a parte promovente que a sua ausência injustificada é considerado ato atentatório à dignidade da Justiça e será sancionado com multa (Art. 334, §8º, CPC/2015).

Guarabira/PB, ter, 18 de jun de 19

-PB, em 18 de junho de 2019

De ordem, SHIRLEANDRO SOARES PACHECO
Auxiliar Judiciário



MUTIRÃO DPVAT
CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

2ª Vara da Comarca de Guarabira

Processo: 0801225-09.2019.8.15.0181

Classe do Processo: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s) do Processo: [SEGURO, OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER]

Polo ativo: IVANILDO BARBOSA

Polo passivo: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Supra da Comarca de Guarabira, Estado da Paraíba, fica CITADO e INTIMADO a parte promovida acima qualificada, para, comparecer ao CEJUSC, **no dia 26/08/2019, a partir da 08h, podendo o autor chegar até às 11h, para a realização da Perícia - (SEDE DE MUTIRÃO DPVAT), situado no Fórum da Comarca de Guarabira/PB. (OBS. Neste dia será realizado a Perícia Médica e a audiência de tentativa de Conciliação), obedecendo a ordem de chegada.** Atente-se a parte passiva aos termos dos artigos adiante. Art. 334, do CPC/2015. Fica advertido a parte promovida que a sua ausência injustificada é considerado ato atentatório à dignidade da Justiça e será sancionado com multa. Art. 334, §5º, CPC/2015). O prazo para a contestação é de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando a parte não comparecer ou, comparecendo, não houver acordo. Art. 334, §8º, CPC/2015). O réu poderá ofertar petição com 10 (dez) dias de antecedência contados da data da audiência, para manifestar seu desinteresse na autocomposição. Art. 335, inciso I e II, do CPC/2015). Quando o pertinente ao caso, a incidência do prazo em dobro, nos moldes dos art. 180, 183, 186, 229, do CPC/2015. A ausência de contestação implicará revelia, nos termos do Art. 334, com ressalva ao Art. 345, ambos do CPC/2015.

Guarabira/PB, 18 de junho de 2019

SHIRLEANDRO SOARES PACHECO
Auxiliar Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: XXXXXXXXXXXXX



AR.



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SEGURADORA LIDER

ENDEREÇO / ADRESSE

RUA SENADOR DANTAS, 74, 5º ANDAR, CENTRO

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITÉ

UF

PAÍS / PAYS

20 031-205 RIO DE JANEIRO

RJ

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

0802795-64.2018; 0801396-63.2019; 0801225-09.2019
0802465-38.2015; 0801549-96.2019

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT
JOSE CARLOS X. OLIVEIRA



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm





**AVISO DE
RECEBIMENTO**
AVIS CN07

**DH
AR**

JO 36378374 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO

CEJUSC (centro judiciário de soluções de conflitos)
fórum augusto de aumeida
rua Solon de Lucena, nº 55, centro
58.200-000 - Guarabira – PB

CIDADE / LOCALITÉ

UF

**BRASIL
BRÉSIL**

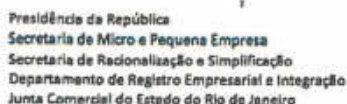
ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



EM ANEXO





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Time Budgets

Sociedade anônima

Boite Environnement

Normal

NO An Dentarlin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D730-4232-8033-7CC99430A9D4

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: PD69743867A48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



JUCEFUTIA
JOURNAL OF THE
FUTURES SOCIETY



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 29/07/2019 14:45:09

<http://pie.tipb.ius.br:80/pie/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19072914450896500000022367711>

Número do documento: 19072914450896500000022367711

Num. 23064940 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

3. PRESENÇA: Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

4. MESA: Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

5. ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

6. DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 2 de 3

[Assinaturas manuscritas]

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

8. ASSINATURAS: A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


Roberto Barroso
Presidente


Isabella Maria Azevedo da Cunha
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017


HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB6	
Para validar o documento acesse http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	





PORTARIA Nº 755, DE 21 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 da Diretoria-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e a que trata do processo Susp 13414/619783/2017-04, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelas assembleias de ALFA SEGUROADORA S.A. - MICROSEGUROADORA, CNPJ n.º 31.094.711/0001-85, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2017.

I - Aumento do capital social em R\$ 400.168,00, elevando o pat. R\$ 3.155.595,91, dividido em 179.246.992 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal;

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Registre-se a presente de R\$ 185.140,00 do aumento de capital subscrito deverá ser integralizado até 30 de junho de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 756, DE 22 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 da Diretoria-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966 e a que trata do processo Susp 13414/619783/2017-04, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.º 09.348.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião da comissão de administração realizada em 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 757, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susp, por meio da Portaria n.º 6.323, de 20 de maio de 2016, tendo em vista a disponibilidade na alínea a do artigo 34 da Diretoria-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, e a que trata do processo Susp 13414/619783/2017-04, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de membros do comitê de auditoria de IRB BRASIL RESEGUROS S.A., CNPJ n.º 33.356.988/0001-01, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 24 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Portaria Susp/Direg n.º 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 168, seção 1, item 12, "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", leia-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

Ministério da Indústria,
Comércio Exterior e ServiçosINSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.046, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 8.033, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Lei n.º 8.033, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Lei n.º 8.033, de 20 de dezembro de 1999, resolve:

Considerando o Decreto Federal n.º 9.044, de 18 de maio de 1998, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Designados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 01, página 46;

Considerando que o Inmetro, no âmbito de sua competência, tem a responsabilidade de emitir o Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviária;

Considerando a necessidade de ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Inmetro n.º 16/2016, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Tanques de Carga Rodoviária Designados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Inmetro n.º 16, de 14 de janeiro de 2016, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado no site www.inmetro.gov.br.

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro.

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Decof

Rua Santa Afonso, nº 416 - 3º andar - Rio Cam-
pido

Cep 20.261-322 - Rio de Janeiro - RJ

Art. 2º Ficam abolidas as Anexos A e D da Portaria Inmetro n.º 16/2016 pelas Anexos A e D anexas a esta Por-
taria.

Art. 3º Ficam incluídos na Portaria Inmetro n.º 16/2016 os Anexos E e G anexos a esta Portaria.

Art. 4º Ficam incluídos, no art. 4º da Portaria Inmetro n.º 16/2016, os seguintes parágrafos:

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 4, DE 23 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, torna públicas, conforme o controle de acesso, as propostas de modificação da Normativa Conjunta do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pela Departamento de Negociação Internacional (DENINT), que o objetivo de colher subsídios para definição de posicionamento do governo brasileiro no âmbito da coordenação do Comitê Técnico n.º 1, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, do Mercosul (CT-1).

1. Manifestações sobre as propostas deverão ser dirigidas ao DENINT por meio do Protocolo-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "J", 1º andar, CEP 20033-900, Brasília (DF). As manifestações deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

2. As informações relativas às propostas deverão ser encaminhadas mediante e-mail eletrônico, disponível na página do site do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, no endereço <http://www.mec.gov.br>, ou pelo e-mail denint@denint.gov.br, ou pelo endereço físico: DENINT, Bloco "J", 1º andar, CEP 20033-900, Brasília (DF). O formulário também pode ser solicitado pelos telefones (61) 2027-7353 e 2027-7354 ou pelo endereço de correio eletrônico denint@denint.gov.br.

3. O acompanhamento sobre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/indic> e pelo endereço físico: Indic, Bloco "J", 1º andar, CEP 20033-900, Brasília (DF). O formulário também pode ser solicitado pelos telefones (61) 2027-7353 e 2027-7354 ou pelo endereço de correio eletrônico denint@denint.gov.br.

4. Caso haja, posteriormente, ajustes de texto realizados pelas secretarias em nomeação do CT-1, eventuais manifestações a respeito deverão ser encaminhadas a esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nesta Circular.

RINALDO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
2017.20.00	2017.20
Acidos poliacetilenicos ciclicos, ciclicos ou co- ciclicos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos, preparados e seus derivados	Acidos poliacetilenicos, ciclicos, ciclicos ou co- ciclicos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos, preparados e seus derivados
	2017.20.1
	2017.20.11
	2017.20.12
	2017.20.13
	2017.20.14
	2017.20.15
	2017.20.16
	2017.20.17
	2017.20.18
	2017.20.19
	2017.20.20
	2017.20.21
	2017.20.22
	2017.20.23
	2017.20.24
	2017.20.25
	2017.20.26
	2017.20.27
	2017.20.28
	2017.20.29
	2017.20.30
	2017.20.31
	2017.20.32
	2017.20.33
	2017.20.34
	2017.20.35
	2017.20.36
	2017.20.37
	2017.20.38
	2017.20.39
	2017.20.40
	2017.20.41
	2017.20.42
	2017.20.43
	2017.20.44
	2017.20.45
	2017.20.46
	2017.20.47
	2017.20.48
	2017.20.49
	2017.20.50
	2017.20.51
	2017.20.52
	2017.20.53
	2017.20.54
	2017.20.55
	2017.20.56
	2017.20.57
	2017.20.58
	2017.20.59
	2017.20.60
	2017.20.61
	2017.20.62
	2017.20.63
	2017.20.64
	2017.20.65
	2017.20.66
	2017.20.67
	2017.20.68
	2017.20.69
	2017.20.70
	2017.20.71
	2017.20.72
	2017.20.73
	2017.20.74
	2017.20.75
	2017.20.76
	2017.20.77
	2017.20.78
	2017.20.79
	2017.20.80
	2017.20.81
	2017.20.82
	2017.20.83
	2017.20.84
	2017.20.85
	2017.20.86
	2017.20.87
	2017.20.88
	2017.20.89
	2017.20.90
	2017.20.91
	2017.20.92
	2017.20.93
	2017.20.94
	2017.20.95
	2017.20.96
	2017.20.97
	2017.20.98
	2017.20.99
	2017.20.100

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.inmetro.gov.br/indic>, pelo código 00012018101200004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de

autenticação.

Autenticação: FD69743867A8220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 6/13





4996507

ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016

12/1

"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Artigo 3º – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

Artigo 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 1 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

ARTIGO 8º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 2 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá à Assembléia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 10 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

Parágrafo Segundo – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

Parágrafo Terceiro – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

ARTIGO 11 – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

ARTIGO 12 – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

ARTIGO 13 – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Primeiro – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

Parágrafo Segundo - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 3 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

ARTIGO 14 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

Parágrafo Primeiro - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

ARTIGO 15 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

ARTIGO 16 – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

Parágrafo Único – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 17 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

ARTIGO 18 - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

Parágrafo único - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 19 - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

Parágrafo Primeiro – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 6 de 10


Bernardo F. S. Derwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

ARTIGO 20 – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

ARTIGO 21 - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 7 de 10


Bernardo F.S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 22 – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

Parágrafo Primeiro – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

Parágrafo Segundo – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 23 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

Parágrafo Primeiro – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 24 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 25 – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

ARTIGO 26 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

ARTIGO 27 – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 28 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 9 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 29 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

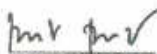
ARTIGO 30 - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 31 - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

Parágrafo Único - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

ARTIGO 32 - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016
Página 10 de 10


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Nire: 33300284796
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.


JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES
DIRETOR PRESIDENTE


HÉLIO BITTON RODRIGUES
DIRETOR

17º Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira	ADB2B69D
Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e JOSE ISMAR ALVES TORRES (X00000524453)	Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000	088674
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS	CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Em testemunho da verdade.	Total	Paula Cristina A. D. Gaspar
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		3.9% Escrevente
ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01		10796.48062 série 09077 ME
https://www3.tirri.jus.br/sitepublico		Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
OAB/SP 111.807



Rio de Janeiro, 23 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **IVANILDO BARBOSA**

Nº Sinistro: **3180283436**

Vítima: **IVANILDO BARBOSA**

Data do Acidente: **19/03/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180283436**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12999195

Pag. 00957/00958 - carta_01 - INVALIDEZ

00020479



Rio de Janeiro, 23 de Junho de 2018

Aos Cuidados de: **IVANILDO BARBOSA**
Nº Sinistro: **3180283436**
Vítima: **IVANILDO BARBOSA**
Data do Acidente: **19/03/2018**
Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180283436**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Autorização de pagamento não conclusivo
- Declaração de Inexistência de IML não conclusivo
- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00485/00486 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12999364



Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **IVANILDO BARBOSA**
Nº Sinistro: **3180283436**
Vítima: **IVANILDO BARBOSA**
Data do Acidente: **19/03/2018**
Cobertura: **INVALIDEZ**

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180283436**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00947/00948 - carta_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13266295





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 18 de Fevereiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3180283436

Vítima: IVANILDO BARBOSA

Data do Acidente: 19/03/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), IVANILDO BARBOSA

Informamos que não recebemos a documentação complementar solicitada necessária à análise do pedido do Seguro DPVAT.

Como o prazo de 180 (cento de oitenta) dias concedido para a entrega dos documentos terminou, o seu pedido foi cancelado.

Para a reabertura do pedido do Seguro DPVAT, retorne ao ponto de atendimento onde o seu processo foi iniciado para apresentar os documentos já solicitados.

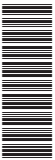
Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01981/01982 - carta_16 - INVALIDEZ

00020991



Carta nº 13962265





AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL	CPF da Vítima 674.531.044-91	Nome completo da vítima IVANILDO BARBOSA
---------------------------	---------------------------------	---

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo IVANILDO BARBOSA		CPF titular da conta 674.531.044-91	Profissão AUTÔNOMO
Endereço RUA MANDRATO ARAUJO FILHO		Número 31	Complemento
Bairro NORDESTE II	Cidade GUARABIRA	Estado PB	CEP 58200-000
Email		Telefone (DDD) (83) 98724-0893	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Autorização de pagamento



FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

<input type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input checked="" type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00
<input checked="" type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAU (341) <input checked="" type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)		<input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
AGÊNCIA NÚM. 0042		BANCO NOME CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
CONTA NÚM. 000000060663		AGÊNCIA NÚM. 0000	
D/V 5		CONTA NÚM. 0000	
(Informar dígito se existir)		(Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Guarabira, 01 de junho de 2018
Local e Data

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPE-001 V001/2017



CAIXA ECONOMICA FEDERAL
(INA: sorteios da segunda-feira a sábado. Apoio)

128-737430952-0

08/MAI/2018 HORA DE: 08:31:30

LOT: 13.017688-5 TERM: 00055

LOCALIDADE: GUARABIRA AG: VINCULADA: 0042-0001 CONTROLE: 12810021

COMPROVANTE DE ABERTURA DE PDUP CAIXA FACIL

NOME: IVANILDO BARBOSA

AGENCIA: 0042

OPERACAO: 013

CONTA-OV: 0001000-060-003-5

DATA DA ABERTURA: 08/05/2018

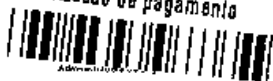
LOTerias-CAIXA

128-737430952-0

1ª VIA



Autorização de pagamento



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL 318 028 3436	CPF da Vítima 674.531.044-91	Nome completo da vítima IVANILDO BARBOSA
--	--	--

DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo IVANILDO BARBOSA		CPF titular da conta 674 531 044 - 91	Profissão MONTADOR DE MOVELS
Endereço RUA HONDRATO ARAUJO FILHO		Número 31	Complemento
Bairro NORDESTE II	Cidade GUARABIRA	Estado PB	CEP 58200-000
Email		Telefone (DDD) (83) 987240893	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

<input type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input checked="" type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00
<input type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)		<input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
AGÊNCIA NRO. 0042 DVV 00060663 11/V 5 (Informar dígito se existir)		BANCO Nome _____ NRO. _____ AGÊNCIA NRO. _____ DVV _____ CONTA NRO. _____ DVV _____ (Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

GUARABIRA, 01 de AGOSTO de 2018
Local e Data

Suelio Moreira Torres
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF.001 V001/2017



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 29/07/2019 14:45:11
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19072914450985200000022368084>
 Número do documento: 19072914450985200000022368084

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

RECEBIMOS de segunda feita a sábado, 06-07-2018

128 73430052 0

HORA DE DEPÓSITO: 15:22:29

TERMO DE DEPÓSITO: 058577

LOCALIDADE: GUARABIRA

CONTROLE: 759738897

DEPOSITANTE: IVANILDO BARBOSA

DEPOSITO EM DINHEIRO

0042 013 00060563-5

IVANILDO BARBOSA

VALOR: 20,00

DEPÓSITO REALIZADO COM SUCESSO. A PREVISÃO DO CREDITO NA CONTA É DE ATÉ 30 MINUTOS

ESTE RECIBO É VALIDO COMO COMPROVANTE DE DEPÓSITO

199-419278693-0

128 73430052 0

LOTERIAS CAIXA

128 73430052 0

12 VIA

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

SAC 0800 726 8101

OUVIDORIA 0800 725 7474

199-419278693-0

18/JUL/2018

HORA DE 15:22:29

LOT: 13.17688-5

LOCALIDADE: GUARABIRA

SAC VINCULADA: 0042

CONTROLE: 759738897

DEPÓSITO EM DINHEIRO

0042 013 00060563-5

IVANILDO BARBOSA

VALOR: 20,00

DEPÓSITO REALIZADO COM SUCESSO. A PREVISÃO DO CREDITO NA CONTA É DE ATÉ 30 MINUTOS

ESTE RECIBO É VALIDO COMO COMPROVANTE DE DEPÓSITO

199-419278693-0

12 VIA





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Ocorrência nº. 156/2018
Livro nº 003/2017
Fls. 89

Boletim de ocorrência



Aos DEZENOVE dias de ABRIL de DOIS MIL E DEZOITO, nesta cidade de GUARABIRA/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **HUGO PEREIRA LUCENA**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) do seu cargo, aí, por volta 15h:20min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

IVANILDO BARBOSA, brasileiro, natural de Taperoá/PB, com 49 anos de idade, nascido aos 17/05/1968, união estável, montador de móveis, RG nº 1444372 SSP/PB, CPF nº 674.531.044-91, filho de Maria Margarida da Conceição, residente na rua Honorato Araújo Filho, nº 31, Nordeste II, Guarabira/PB. Fone: (083) 98724-0893

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil, para registrar o seguinte:

QUE, no dia 19/03/2018, por volta das 14h30min, trafegava pela rua Manoel Celeiro, bairro do Cordeiro desta cidade de Guarabira/PB, em sua moto Yamaha/Factor YBR 125K, placa OFB 1868/PB, chassi 9C6KE152080047280, renavam 67453104491, ano/modelo 2011, em nome do noticiante, quando ao sinalizar para entrar à esquerda, foi abalroado por outra moto; QUE caiu, fraturando o calcanhar e dedos do pé esquerdo; QUE foi socorrido pelo Corpo de Bombeiros para o Hospital Regional desta cidade e em seguida transferido para o Hospital de Mangabeira na Capital do Estado; QUE o condutor da outra moto não chegou a parar, razão pela qual não conseguiu identifica-lo, tampouco a moto; QUE possui CNH nº 04236270900, categoria AB.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

Guarabira/PB, 19 de abril de 2018.

IVANILDO BARBOSA

Noticiante

Emprego(o)/Agente
Matrícula nº 155.120-5



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

WARRIOR TOSCANO DE SALES - Titular

Av. Dom Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB, CEP: 56200-000 - Fone: (83) 3271-4502

Autentico a presente copia, reprodução fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade.

Guarabira-PB 07/06/2018 11:34:57

Warriria Toscano de Sales - Titular

[2018-005987] EML:R\$ 2,37 FAPPEN:R\$ 0,28 FPPJ:R\$ 0,12

SELO DIGITAL: 46773032-4047

Confira a autenticidade em <https://seicdigital.tpb.jus.br>



Declaração de inexistência de IML



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

JOVILDO BARBOSA

CPF da Vítima

674.531.044-91

Data do Acidente

19.03.18

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

Quarabura 07 de 06 de 2018

Local e Data



Declaração da Inexistência de IML



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos - O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador - Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

JUANILDO BARBOSA

CPF da Vítima

67453104491

Data do Acidente

19-03-2018

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinar uma das opções abaixo:

☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou

☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

BUARABIRA, 01 de AGOSTO de 2018

Local e Data

Suelio Moreira Torres

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI001 V001/2017

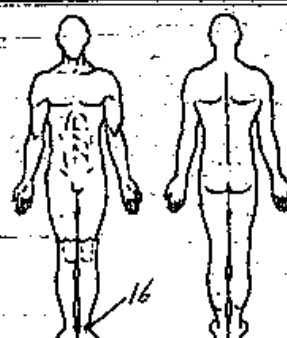


Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 29/07/2019 14:45:11
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19072914450985200000022368084>
 Número do documento: 19072914450985200000022368084

Num. 23065263 - Pág. 11



RELATÓRIO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR

Dados da ocorrência			
Data: 19-03-2018	Ocorrência Nº: 05	VTR: 35	Ponto Base:
Hora do envio: 14:33	Hora da saída: 14:35	Hora no local: 14:37	Hora no hospital: 14:35
VTR de apoio: 11-35			
Endereço: MANOEL CELESTINO SILVA		Comprovação de ato declaratório	
Complemento:	Bairro: Corumbá	Cidade: Campina Grande	
Ponto de referência:	Cidade de origem:		
Nome: IVANILDO BARBOSA	Idade: 49	Sexo: M	F
Raça: <input type="checkbox"/> Negro <input type="checkbox"/> Pardo <input type="checkbox"/> Branco <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Amarelo	Telefone:		
Endereço: ANTONIO BARBOSA FILHO	Cidade: Campina Grande		
Bairro: NOROESTE	Tipo de ocorrência:		
Confissão: MOTO	Vítima de queda: metros		
<input type="checkbox"/> Ferimento por arma de fogo	<input type="checkbox"/> Queda de moto	<input type="checkbox"/> Afogamento	<input type="checkbox"/> Crise Convulsiva
<input type="checkbox"/> Ferimento por arma branca	<input type="checkbox"/> Atropelamento	<input type="checkbox"/> Urgência Cardíaca	<input type="checkbox"/> Suicida
<input type="checkbox"/> Agressão física	<input type="checkbox"/> Queda de bicicleta	<input type="checkbox"/> Urgência Respiratória	<input type="checkbox"/> Socorrido por 3º
<input type="checkbox"/> Capotamento	<input type="checkbox"/> Choque elétrico	<input type="checkbox"/> Urgência Obstétrica	<input type="checkbox"/> Recusa
<input type="checkbox"/> Desmoronamento/Desabamento/Sequestro	<input type="checkbox"/> Urgência Psiquiátrica	<input type="checkbox"/> Combate a Incêndio	<input type="checkbox"/> QTA () COCB () Outros
<input type="checkbox"/> Intoxicação: Agente:	<input type="checkbox"/> Alagamento		
<input type="checkbox"/> Queimadura: Agente:	Grau(s):	Superfície Corporal Queimada (regra da palma da mão):	
<input type="checkbox"/> Transporte: Origem:	Destino:	<input type="checkbox"/> Outros:	
Circunstâncias da ocorrência		Situação da vítima	
Atravessou o ar bag: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> Em automóvel	<input checked="" type="checkbox"/> Condutor	<input type="checkbox"/> Decúbito ventral
Usava capacete: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> Em motocicleta	<input type="checkbox"/> Passageiro dianteiro	<input type="checkbox"/> Decúbito dorsal
Usava cinto: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> Em bicicleta	<input type="checkbox"/> Passageiro traseiro	<input type="checkbox"/> Decúbito lateral
Em faixa de pedestre: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> Pedestre	<input type="checkbox"/> Grupo/Carona	<input type="checkbox"/> Desambulando
Outros:	Outros:	Outros:	
Localização das lesões		Exame da vítima	
01. Abrasão		A - Visão anterior	
02. Amputação		<input type="checkbox"/> Pernas <input type="checkbox"/> Não Pernas	
03. Avulsão		<input type="checkbox"/> Vômito	
04. Contusão		<input type="checkbox"/> Sangue	
05. Empalamento		<input type="checkbox"/> Secreção	
06. Enclavamento		<input type="checkbox"/> Queda da língua	
07. Envenenamento		<input type="checkbox"/> Corpo estranho	
08. FAS		<input type="checkbox"/> Outros	
09. FAF		B - Ventral	
10. Fratura aberta		<input type="checkbox"/> Eupnéia	
11. Fratura fechada		<input type="checkbox"/> Apnéia	
12. Laceração		<input type="checkbox"/> Dispnéia	
13. Luxação		<input type="checkbox"/> Bradipnéia	
14. Paralisia	<input type="checkbox"/> Taquipnéia		
15. Queimadura	<input type="checkbox"/> Ruídos		
16. Outros: Corte	C - Circulação		
Exame da Cerveza da vítima		Pulso	
Abertura ocular		<input type="checkbox"/> Pulso radial	<input type="checkbox"/> Normal
Melhor resposta verbal		<input type="checkbox"/> Pulso braquial	<input type="checkbox"/> Fria
Melhor resposta motora		<input type="checkbox"/> Pulso carotídeo	<input type="checkbox"/> Quente
Total		<input type="checkbox"/> Normal	<input type="checkbox"/> Sudorese
		<input type="checkbox"/> Aumentado	<input type="checkbox"/> Periférico Capilar
		<input type="checkbox"/> Diminuído	<input type="checkbox"/> Normal
		<input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Ausente
		D - Neurologia	
		<input type="checkbox"/> Isocoria	<input type="checkbox"/> Anisocoria
		<input type="checkbox"/> Midriase	<input type="checkbox"/> Foto reagente
		<input type="checkbox"/> Miase	<input type="checkbox"/> Não foto reagente
		<input type="checkbox"/> Convulsões	
Sinais vitais			
Inicial	PA	X	mmHg FC bpm FR lpm SPO2 % T °C
Final	PA	X	mmHg FC bpm FR lpm SPO2 % T °C

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAIBA
3º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITARES

ESTA FOLHA É DE USO EXCLUSIVO DO BOMBEIRO

Data: 26/03/2018

Assinatura: [Assinatura]



Alergia: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		Uso medicamentos: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
Qual?		Qual?	
Doença conhecida: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		Ingeriu alimentos: <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
Qual?		Qual?	

Relato

15 VTR-AR-35 Deslocou-se até a Barra da Guilhermina e onde
 houve um acidente com duas motos e uma pessoa que estava no CHUVA
 NA LOCALIDADE HOUVE VITIMA O MOTOPISTA QUE TEVE
 UM CORTO NA PUNHA ESQUERDA, E DOUTOS NA COSTELA, E
 FOI CONDUZIDO PARA O HOSPITAL REABILITAR COM CURSIVOS

Exame físico

<input type="checkbox"/> Desencarceramento	<input type="checkbox"/> Ventilação de resgate	<input type="checkbox"/> Rolamento 90°	<input type="checkbox"/> Oxigenoterapia
<input type="checkbox"/> Retirada com MED	<input type="checkbox"/> Desobstrução de VAS	<input type="checkbox"/> Rolamento 180°	<input type="checkbox"/> Reposição volêmica
<input type="checkbox"/> Curativo compressivo	<input type="checkbox"/> Aspiração de VAS	<input type="checkbox"/> Exposição da vítima	<input type="checkbox"/> RCP
<input type="checkbox"/> Curativo oclusivo	<input type="checkbox"/> Estabilização da cervical	<input type="checkbox"/> Imobilização da MMSS	<input type="checkbox"/> Desfibrilação
<input type="checkbox"/> Curativo de 3 pontos	<input type="checkbox"/> Retirada rápida	<input type="checkbox"/> Imobilização da MMII	<input type="checkbox"/> Auxílio ao parto
<input type="checkbox"/> Elevação cavalheiro	<input type="checkbox"/> Retirada da capota	<input type="checkbox"/> Controle de hipotermia	<input type="checkbox"/> Prevenção/orientação
<input type="checkbox"/> Outras			

Assinatura do portador

Eu, _____, portador(a) do RG ou CPF N.º _____

UP _____, declaro para todos os fins que recorre ao atendimento pelo Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba, através da vítima,

assumindo desta forma, total responsabilidade quanto ao agravamento do meu quadro clínico.

Guarabira - PB, _____ de _____ de 20 _____

VÍTIMA OU RESPONSÁVEL **TESTEMUNHA 1** **TESTEMUNHA 2**

Receptor (ass. e carimbo):

Equipamento e suprimentos

QTD	EQUIPAMENTO
06	Linha de procedimentos
02	Linha estéril N°
02	Máscara de proteção
01	Sonda de aspiração traqueal N°
01	Extensor de O ₂
01	Cateter nasal
01	Capô
01	Compressa
01	Atadura cm
01	SF 0,9%
01	SAL
01	Manta aluminizada
01	Protetor para queimados
01	Lançol descartável
01	KIT parto
01	LGE
01	Água

Conteúdo do estojo e equipamentos

QUANTIDADE	MOTIVO	LIBERAÇÃO
_____	_____	_____ h _____ min
_____	_____	_____ h _____ min
_____	_____	_____ h _____ min

Responsabilidade da liberação

Guarnição	Posto	Matrícula	Nome de guerra
Chefe	_____	_____	_____
Socorrista 1	_____	_____	_____
Socorrista 2	_____	_____	_____
Condutor	_____	_____	_____

Assinatura

COPO DE COMANDO MILITAR DA PARAIBA
 1º CORPÓRADO DE FORÇAS MILITARES
 ESTA CÓPIA É PARA REGISTRO DO CORPÓRADO
 20/07/2019
 Assinatura - Matrícula



Declaração do proprietário do ve



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, IVANILDO BARBOSA

RG nº 1444372, data de expedição 25/11/1988

Órgão SSP-PB, portador do CPF nº 674.531.044.91, com
domicílio na cidade de GUARABIRA, no Estado de
PARAIBA, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

RUA MANORATO ARAUJO FILHO, nº 32,

complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima IVANILDO BARBOSA, cujo o condutor era
IVANILDO BARBOSA.

Veículo: MOTOCICLETA

Modelo: YAMAHA / FACTOR YBR 125 k

Ano: 2011

Placa: OFB 1868

Chassi: 9C6KE1520B0047280

Data do Acidente: 19.03.18

Local e Data: GUARABIRA 07/06/2018

Suelio Moreira Torres

Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda.

Avenida Rui Barbosa Nº 240 – Centro – Guarabira-PB.

Fone: (83) 3271 1156



Laudo Médico

O paciente, IVANILDO BARBOSA, Montador de Móveis, portador do RG: 1.444.372 SSP-PB, foi atendido neste Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda. CGC: 09.239.906/0001-38, com nomenclologia de CID 10 T93, compareceu no dia 07/06/2018, é portador de Sequela de Fratura do 2º Metatarso esquerdo + Fratura do Calcâneo, submetido a tratamento cirúrgico no Hospital Complexo Hospitalar Mangabeira, conforme laudo médico.

Guarabira, 07 de Junho de 2018.

Dr. Aluísio Paredes
CRM: 1600

Dr. Aluísio Paredes Moreira.

CRM: 1600.



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
WARDIRIA TOSCANO DE SALES - TOS
Av. Dom Pedro II, nº 43 - Centro - Guarabira - PB, CEP: 56200-000 - Fone: (83) 3271-8502

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade.
Guarabira-PB 07/06/2018 11:34:57
Wardiria Toscano de Sales - Titular
[2018-005586] EMDL:R\$ 2,37 FAREN:R\$ 0,28 FEPJ:R\$ 0,97 Ass:R\$ 0,12
SELO DIGITAL: AGY73031-0780
Confira a autenticidade em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>





Complexo Hospitalar
MANGABEIRA
GOVERNADOR TARCÍSIO SERRA

LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME: IVÂNILDO BARBOSA					PRONTUÁRIO Nº	
IDADE 42 A	SEXO M	COR	CLÍNICA	ENF.15	LEITO153	
			Ortopedia	18	163	
DATA DE ADMISSÃO 20/03/2018		DATA DE ALTA 25/03/2018		TEMPO DE PERMANÊNCIA		
DIAGNÓSTICO INICIAL					CID	
Fratura do 2º Metatarso+ Fratura de calcâneo						
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO					S92.3+S92.0	
O mesmo						
OUTROS DIAGNÓSTICOS						
PRINCIPAIS EXAMES						
Rx do Metatarso demonstrando solução de continuidade óssea de 2º METATARSO						
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA						
ANATOMIA PATOLÓGICA						
INFECÇÃO DE F.O. () SIM (X) NÃO						
RESULTADO BACTERIOLOGIA						
COLETA DE MATERIAL () SIM () NÃO						
CONDIÇÕES DE ALTA						
(X) MELHORADO () REMOVIDO () A PEDIDO () CURADO ()						
ÓBITO						

RESUMO CLÍNICO

(HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)

Paciente portador(a) de fratura do 2º metatarso foi submetido(a) a tratamento cirúrgico através de redução cruenta + fixação com FIO K. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação antibiótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA: Livre ou conforme já realizada pelo(a) paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...

REPOUSO: Relativo em casa por 15 dias.
Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.
Retorno às atividades com esforço físico leve em 60 dias e com esforço maior em 90 dias.

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA: CEFALOXINA E AINES

RETORNO: Ao posto de saúde em 21 dias.
Ao ambulatório do Complexo Hospitalar Mangabeira em 7 dias para revisão. (dr. THALES MACHADO)

25/03/2018

DATA

Dr. Valdeirton Corvelho Jr.
M.R. em Ortopedia
CRM/RN - 7652

25 MAR 2018

ASS. MÉDICO / C.R.M.

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO






ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SAÚDE
COMPLEXO DE SAÚDE DE GUARABIRA

março 2018



FLUXO DE REFERÊNCIA INTRA E INTER REGIONAL

FICHA DE ENCAMINHAMENTO Nº: _____	CLÍNICA: _____	Documentação médico - hospitalar
DO HOSPITAL: <u>Urgência Guarabira</u>		
PARA O HOSPITAL: <u>Ortopedia</u>		
MÉDICO ASSISTENTE: <u>Raul Figueira</u>	DATA: <u>1</u> / <u>1</u> / <u>1</u>	

IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO:			
NOME: <u>Trinaldo Barbosa</u>	SEXO: <u>M</u>		
PROFISSÃO: _____	DOCUMENTO: Nº _____	IDADE: <u>44</u>	
ENDEREÇO: _____	BAIRRO: _____		
MUNICÍPIO: _____	ESTADO: _____		

ANAMNESE E EXAMES FÍSICOS SÍNTESE:
<u>Paciente com dor de dorso de mofo</u>
<u>há 10 dias de duração a maior</u>
<u>A dor é tipo latejante</u>
<u>Bom E.F.C. e dorso do p. C. com</u>
<u>dores musculares</u>

MEDICAMENTOS PRESCRITOS:
<u>Cefazolin 1g</u>
<u>Uroxicon 400mg</u>
<u>Paracetamol 1g</u>

DIAGNÓSTICO: <u>Pólio trauma</u>	
PROVÁVEL: _____	CID: _____




11/11/11 11:11 AM

VÁLIDA EM TODOS O TERRITÓRIO NACIONAL 1494308512	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES AUTORIDADE NACIONAL DE TRIBUTAÇÃO		P B
	NOME TVANILDO BARBOSA		
	DDC: EMPREENH / CNA: BARRER 1P 1444372	589 75	
	CPF 674.531.044-91	DATA NASCIMENTO 17/05/1968	
1494308512	FUNÇÃO MARIA MARGARIDA DA CONCEIÇÃO		1494308512
	ESTADO MATO GROSSO	CIDADE AD	
	Nº IDENTIFIC 04236270900	VIGÊNCIA 03/07/2022	
	1ª emissão 22/11/2007		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		
	(Empty box)		
	(Empty box)		
1494308512	(Empty box)		1494308512
	(Empty box)		



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios de Seguros DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0220455/18
Vítima: IVANILDO BARBOSA
CPF: 674.531.044-91

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 19/03/2018
Titular do CPF: IVANILDO BARBOSA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Declaração do Proprietário do Veículo
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

Outros



IVANILDO BARBOSA : 674.531.044-91

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A Indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do Interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 14/06/2018
Nome: IVANILDO BARBOSA
CPF/CNPJ: 674.531.044-91

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 20/06/2018
Nome: Karen Rosa de Oliveira Azevedo
CPF: 131.414.327-16

IVANILDO BARBOSA

Karen Rosa de Oliveira Azevedo



Para: Vinicius Campos da Silva <vinicius.silva@seguradoralider.com.br>
Cc: Sonia Faro <soniafaro@seguradoralider.com.br>
Assunto: Protocolo

Vinicius

Em função dos problemas que estamos passando com relação a manutenção dos relógios protocoladores, em medida extrema exceção, autorizo até que tenhamos todos os protocoladores funcionando normalmente, protocolar somente a primeira folha dos processos recebidos dos Correios.

Para certificarmos que essa medida de exceção é válida somente para esse período, solicito imprimir uma cópia desse e-mail e anexar a cada processo de sinistro que estiver nessa condição.

Quando suspendermos esse critério, favor passar-me um e-mail configurando o retorno ao procedimento padrão.

José Carlos Carvalho
Gerente de Sinistros



Rua da Assembleia, 100 – 21º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20011-904
Tel.: 55 21 3861-4600 / Ramal: 4654
E-mail: jose.carlos@seguradoralider.com.br

CONFIDENCIALIDADE Esta mensagem é confidencial; seu conteúdo não constitui um compromisso da Seguradora LIDER, exceto se fornecido em conjunto com um acordo por escrito entre as partes. Qualquer divulgação ou uso não autorizado, total ou parcial, é proibido. Caso você não seja um dos destinatários desta mensagem, favor notificar ao remetente imediatamente.

CONFIDENTIALITY This message is confidential; its contents do not constitute a commitment by Seguradora LIDER except where provided for in a written agreement between you and Seguradora LIDER. Any unauthorized disclosure, use or dissemination, either whole or partial, is prohibited. If you are not the intended recipient of the message, please notify the sender immediately.

De: Arthur Froes
Enviada em: quinta-feira, 15 de março de 2018 11:18
Para: Jose Carlos <jcarloscarvalho@seguradoralider.com.br>
Assunto: RES: Produção: 13/03/2018

JC,
Contingencialmente, até que os protocoladores retornem, estou de acordo em procedermos desta forma.

Atenciosamente,

Arthur Froes
superintendente de Sinistros
arthur.froes@seguradoralider.com.br

tel.: 55 21 3861-4286



www.seguradoralider.com.br
Rua da Assembleia, 100 – 21º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20011-904

SE
LIDER
Admisiones de Ingresantes

IDENTIFICACAO DA VITIMA

DATA DO ACIDENTE 19/03/2017 POSSUI CPF () SIM () NÃO Nº CPF 674.531.044-31

PARA VÍTIMAS OU BENEFICIÁRIOS COM IDADE DE 0 A 15 ANOS

- () Documento de identificação do Representante Legal (cópia simples)
- () CPF do Representante Legal (cópia simples)
- () Comprovante de residência do representante legal (cópia simples), ou declaração de residência (original)

- Com base na legislação em vigor, poderão ser solicitados documentos complementares.
- Para acompanhar o pedido de indenização, acesse www.seguradoraidr.com.br ou ligue grátis SAC DPVAT 0800 022 1204.
- Todos os documentos devem estar legíveis

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

- (A) Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- (B) Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- (C) Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- (D) Laudo de Invalidez da IML – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- (E) Declaração de Ausência de Laudo do IML (original), junto com relatório médico, comprovando a existência de sequelas permanentes, com a data da alta definitiva – Somente na impossibilidade de apresentar o laudo do IML.
- (F) Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- (G) Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- (H) CPF da vítima (cópia simples)
- (I) Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- (J) Autorização de pagamento (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE DAMS

- () Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada () Sim () Não
- () Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- () Comproventes das despesas (recibos e notas fiscais), contendo a discriminação dos honorários médicos e despesas médicas (materiais e medicamentos), juntamente com os receituários médicos (originais)
- () Declaração do Proprietário do veículo – quando necessário
- () Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)
- () Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- () Autorização de pagamento (original), com documento que confirme os dados bancários (orientações no próprio formulário)

- () Registro de Ocorrência Policial – original ou cópia autenticada. () Sim () Não
- () Certidão de débito da vítima – cópia autenticada. () Sim () Não
- () Comprovante de Ato Declaratório – quando necessário
- () Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- () CPF da vítima (cópia simples)

- () Documento de identificação de todos os beneficiários (cópia simples)
 () CPF de todos os beneficiários (cópia simples)
 () Comprovante de residência dos beneficiários (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original),
 () Autorização de pagamento para todos os beneficiários (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)
 () Cartão Cadastrado (IML) – somente quando solicitado - cópia autenticada, () Sim () Não

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS - COBERTURA MORTE

- BENEFICIÁRIO CÔNJUGE (ESPOSO OU ESPOSA)**
 () Certidão de Casamento com data atual (cópia simples)
 () Declaração de Cônjuge (original)
BENEFICIÁRIO COMPANHHEIRO (A)
 () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal, ou prova de dependência através da carteira de trabalho, ou Alvará Judicial reconhecendo a união estável (cópia simples)
BENEFICIÁRIO COMPANHHEIRO (A) E CÔNJUGE – QUANDO AMBOS (AS) SÃO BENEFICIÁRIOS (AS)
 () Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto à Receita Federal ou Decisão Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)
 () Certidão de Casamento, com data atual (cópia simples)
 () Declaração de Separação de Fato (original), declarada pelo cônjuge
 () Termo de Conciliação (original), assinado pelo(s) companheiro(a), e o cônjuge
BENEFICIÁRIO DESCENDENTE (FILHOS) OU NETOS(A)
 () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
BENEFICIÁRIO ASCENDENTE (PAI, MÃE OU AVÓS)
 () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
BENEFICIÁRIO COLATERAL (IRMÃO, IRMÃ, TIO (A) OU SOBRINHO(A))
 () Declaração de Únicos Herdeiros (original)
 () Certidão de Óbito dos pais da vítima (cópia simples)
 () Certidão de Óbito dos filhos da vítima – quando necessário - (cópia simples)
 () Outros Documentos apresentados: _____

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO

Portador da documentação (Nome) ILIANA DO SANTOS

E-mail _____ Tel: 88 987240893

Data _____ Assinatura: U. D. 7/01/92

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO


Ponto de Atendimento (Nome do Ponto)

Madan Mohan Prasad Mishra, S. P. Singh

Atendente

Data: _____ Assinatura: AC Guarani - Mat. 8.476.663-0

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios de Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0220455/18
Vítima: IVANILDO BARBOSA
CPF: 674.531.044-91

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 19/03/2018
Titular do CPF: IVANILDO BARBOSA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Outros

Outros



IVANILDO BARBOSA : 674.531.044-91
Autorização de pagamento

ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 06/08/2018
Nome: IVANILDO BARBOSA
CPF: 674.531.044-91

IVANILDO BARBOSA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 13/08/2018
Nome: JOSE FRANCISCO COELHO LOUREIRO
CPF: 083.495.187-82

JOSE FRANCISCO COELHO LOUREIRO



SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS



COBERTURA SOLICITADA

☐ MORTE ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ DAMS

IDENTIFICAÇÃO DA VÍTIMA

VÍTIMA IVANILDO BARBOSA

DATA DO ACIDENTE 19/03/2018 POSSUI CPF SIM ☐ NÃO ☒ Nº CPF 634531044-91

PARA VÍTIMAS OU BENEFICIÁRIOS COM IDADE DE 15 ANOS

- ☐ Documento de identificação do Representante Legal (cópia simples)
- ☐ CPF do Representante Legal (cópia simples)
- ☐ Comprovante de residência do representante legal (cópia simples), ou declaração de residência (original).

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Com base na legislação em vigor, poderão ser solicitados documentos complementares.
- Para acompanhar o pedido de indenização, acesse www.seguradoralider.com.br ou ligue grátis SAC DPVAT 0800 022 1204.
- Todos os documentos devem estar legíveis

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

- ☐ Registro de Ocorrência Policial - original ou cópia autenticada ☐ Sim ☐ Não
- ☐ Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- ☒ Comprovante de Ato Declaratório - quando necessário
- ☒ Laudo de Invalidez do IML - original ou cópia autenticada ☐ Sim ☐ Não
- ☐ Declaração de Ausência de Laudo do IML (original), junto com relatório médico, comprovando a existência de sequelas permanentes, com a data da alta definitiva - Somente na impossibilidade de apresentar o laudo do IML.
- ☐ Declaração do Proprietário do veículo - quando necessário
- ☐ Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- ☐ CPF da vítima (cópia simples)
- ☐ Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- ☒ Autorização de pagamento (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE DAMS

- ☐ Registro de Ocorrência Policial - original ou cópia autenticada ☐ Sim ☐ Não
- ☐ Documentos médicos/hospitalares que demonstrem o tratamento médico realizado pela vítima (cópia simples)
- ☐ Comprovante de Ato Declaratório - quando necessário
- ☐ Comprovantes das despesas (recibos e notas fiscais), contendo a discriminação dos honorários médicos e despesas médicas (materiais e medicamentos), juntamente com os recibos médicos (originais)
- ☐ Declaração do Proprietário do veículo - quando necessário
- ☐ Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- ☐ CPF da vítima (cópia simples)
- ☐ Comprovante de residência em nome da vítima (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de residência (original)
- ☐ Autorização de pagamento (original), com documento que confirme os dados bancários (orientações no próprio formulário)

DOCUMENTOS BÁSICOS DA COBERTURA DE MORTE

- ☐ Registro de Ocorrência Policial - original ou cópia autenticada ☐ Sim ☐ Não
- ☐ Certidão de Óbito da vítima - cópia autenticada ☐ Sim ☐ Não
- ☐ Comprovante de Ato Declaratório - quando necessário
- ☐ Documento de identificação da vítima (cópia simples)
- ☐ CPF da vítima (cópia simples)
- ☐ Documento de identificação de todos os beneficiários (cópia simples)
- ☐ CPF de todos os beneficiários (cópia simples)
- ☐ Comprovante de residência dos beneficiários (cópia simples) ou comprovante de residência em nome de terceiro (cópia simples), juntamente com declaração de Residência (original).
- ☐ Autorização de pagamento para todos os beneficiários (original), com documentos que confirmem os dados bancários (vide orientações no próprio formulário)
- ☐ Laudo Cadavérico (IML) - somente quando solicitado - Cópia Autenticada: ☐ Sim ☐ Não

DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS BENEFICIÁRIOS - COBERTURA MORTE

- BENEFICIÁRIO CÔNJUGE (ESPOSO OU ESPOSA)
 - ☐ Certidão de Casamento com data atual (cópia simples)
 - ☐ Declaração de Cônjuge (original)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A)
 - ☐ Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto a Receita Federal, ou prova de dependência através da carteira de trabalho, ou Alvará Judicial reconhecendo a união estável (cópia simples)
- BENEFICIÁRIO COMPANHEIRO (A) E CÔNJUGE - QUANDO AMBOS (AS) SÃO BENEFICIÁRIOS (AS)
 - ☐ Prova de companheirismo junto ao INSS, ou declaração de dependentes junto a Receita Federal ou Decisão Judicial que reconheça a união estável (cópia simples)
 - ☐ Certidão de Casamento, com data atual (cópia simples)
 - ☐ Declaração de Separação de Fato (original), declarada pelo cônjuge
 - ☐ Termo de Conciliação (original), assinado pelo(a) companheiro(a), e o cônjuge
- BENEFICIÁRIO DESCENDENTE (FILHO(A) OU NETO(A))
 - ☐ Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO ASCENDENTE (PAI, MÃE OU AVÓS)
 - ☐ Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- BENEFICIÁRIO COLATERAL (IRMÃO, IRMÃ, TIO (A) OU SOBRINHO(A))
 - ☐ Declaração de Únicos Herdeiros (original)
- ☐ Certidão de Óbito dos pais da vítima (cópia simples)
- ☐ Certidão de Óbito dos filhos da vítima - quando necessário - (cópia simples)
- ☐ Outros Documentos apresentados:

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO

Portador da documentação (Nome) IVANILDO BARBOSA

Quem é o portador? ☐ Vítima ☒ Beneficiário ☐ Representante Legal - CPF do portador

E-mail 01/08/2018 Assinatura Suelio Moreira Torres Tel. 83 987240893

RESPONSÁVEL PELA RECEBIMENTO

Ponto de Atendimento (Nome do Ponto) PC GUARABIRA João Rivelino Porto Côrte
Atendente Maíra Almeida Mídias Sociais e Atendimento Comercial
Data: 01/08/2018 Assinatura: AC Guarabira - 8.877.757-7

De: Jose Carlos

Enviada em: quinta-feira, 15 de março de 2018 11:33

Para: Vinicius Campos da Silva <vinicius.silva@seguradoralider.com.br>

Cc: Sonia Faro <soniafaro@seguradoralider.com.br>

Assunto: Protocolo

Vinicius

Em função dos problemas que estamos passando com relação a manutenção dos relógios protocola em medida extrema exceção, autorizo até que tenhamos todos os protocoladores funcionando normalmente, protocolar somente a primeira folha dos processos recebidos dos Correios.

Para certificarmos que essa medida de exceção é válida somente para esse período, solicito imprimir uma cópia desse e-mail e anexar a cada processo de sinistro que estiver nessa condição.

Quando suspendermos esse critério, favor passar-me um e-mail configurando o retorno ao procedin padrão.

José Carlos Carvalho
Gerente de Sinistros



Rua da Assembleia, 100 – 21º andar
Centro - Rio de Janeiro – RJ CEP: 20011-904
Tel.: 55 21 3861-4600 / Ramal: 4654
E-mail: jose.carlos@seguradoralider.com.br

CONFIDENCIALIDADE Esta mensagem é confidencial; seu conteúdo não constitui um compromisso Seguradora Líder, exceto se fornecido em conjunto com um acordo por escrito entre as partes. Qualquer divulgação ou uso não autorizado, total ou parcial, é proibido. Caso você não seja um dos destinatários desta mensagem, favor notificar ao remetente imediatamente.

CONFIDENTIALITY This message is confidential, its contents do not constitute a commitment by Seguradora Líder except where provided for in a written agreement between you and Seguradora Líder. Any unauthorized disclosure, use or dissemination, either whole or partial, is prohibited. If you are not intended recipient of the message, please notify the sender immediately.

De: Arthur Fróes

Enviada em: quinta-feira, 15 de março de 2018 11:18

Para: Jose Carlos <jcarloscarvalho@seguradoralider.com.br>

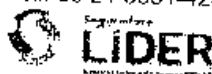
Assunto: RES: Produção: 13/03/2018

JC,

Contingencialmente, até que os protocoladores retornem, estou de acordo em procedermos desta f

Atenciosamente,

Arthur Fróes
Superintendente de Sinistros
arthur.froes@seguradoralider.com.br
Tel.: 55 21 3861-4286



www.seguradoralider.com.br
Rua da Assembleia, 100 – 21º andar
Centro - Rio de Janeiro – RJ CEP: 20011-904





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

Processo: 08012250920198150181

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **IVANILDO BARBOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **19/03/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **19/04/2018**.

Constata-se, pelos documentos acostados à exordial, que o veículo causador dos danos era de propriedade da própria vítima reclamante da indenização. Assim, o acidente narrado não possui cobertura pelo Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que o autor proprietário do veículo encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório na ocasião do sinistro.

Cumpra esclarecer que em que pese a parte autora realizar requerimento do pagamento, através da via administrativa, porém, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a parte autora não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. Somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

Assim, tendo o autor deixado de apresentar a documentação exigida por lei, carecendo o autor de uma condição específica do regular exercício do direito de ação, qual seja, interesse de agir.

Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser **julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.**

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DA FALTA DE INTERESSE DE INTERESSE PROCESSUAL

PENDÊNCIA DOCUMENTAL

O processo deve ser extinto sem conhecimento do mérito, porque não concorre uma das condições da ação: o **INTERESSE PROCESSUAL**.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



Verifica-se que, o autor ingressou com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental, de maneira que deixou de sanear tal pendência, acarretando no cancelamento do sinistro.

Insta esclarecer que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pacificou o tema e conforme o Aviso nº 108/2012 resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, vejamos:

“A prova do requerimento administrativo prévio à seguradora da cobrança da cobertura do seguro DPVAT deve ser exigida pelo juiz no exame da petição inicial”.

No mesmo sentido, se posicionou o Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.

Inércia do autor quanto a este pedido. Reversão do entendimento. Impossibilidade. Incursão em matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ. Violação ao princípio da inafastabilidade do acesso à Justiça. Impossibilidade de exame por esta Corte de Justiça. Matéria atinente à competência do Supremo Tribunal Federal.

O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso de demanda judicial.

(...) 4. Agravo regimental desprovido” (AgRg no REsp 936574/SP, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgamento em 02/08/2011).

Trata-se de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial, até porque, o requerimento prévio administrativo é requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, conforme dispõe o art. 5º, § 1º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito:

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30

(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)(...)”

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que, frise-se, é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Deste modo, verifica-se que a seguradora só se constitui em mora 30 dias após a entrega de todos os documentos legais na esfera administrativa. E, no caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

Assim, tendo o autor deixado de cumprir as exigências administrativas à indenização que entende devida, ingressando com a presente ação sem antes eliminar todas as possibilidades, resta claro que não existe interesse na demanda.



Importante salientar, ademais, que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do Art. 485, VI, do CPC, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

DO MÉRITO

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Conforme dispõe o art. 385, NCPC/15, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA, haja vista que a narrativa dos fatos, não foi exposta de forma clara, não há testemunhas, constando apenas realtos totalmente unilaterais da parte Autora para sua própria conveniência.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

DA AUSÊNCIA DE BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A RÉ INFORMA A NECESSIDADE DE SER OUVIDA, PESSOALMENTE, A PARTE AUTORA SOBRE OS FATOS NARRADOS NA INICIAL, BEM COMO TODA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA AOS AUTOS, EM ESPECIAL DIANTE DA AUSÊNCIA DO BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO.

Ressalta-se a importância da juntada dos documentos médicos já que é através deles que se confirmará a existência das lesões sofridas pela vítima, de modo que sua ausência impossibilita a apuração do nexo de causalidade.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a veracidade dos fatos narrados na exordial, bem como autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício ao Hospital onde foi prestado o primeiro atendimento, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.



DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito. Conforme já exposto acima Exa., a parte Autor deixou de juntar aos autos, o Boletim de atendimento médico com a data do alegado acidente!**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

³“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Contudo, é cristalino que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT. Assim, não há em que se cogitar cobertura securitária para o caso concreto, conforme Resolução 332/2015, em seu art. 17, §2º.

Informa a Seguradora Ré Exa., que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão de mora do pagamento do Seguro DPVAT. Veja, a parte Autora não promoveu o pagamento do seguro obrigatório referente ao ano civil de 2018, ou seja, inadimplente à data do alegado sinistro ocorrido no dia 19/03/2018, vejamos:

Sua busca por placa: OFB1868 UF: PB CATEGORIA: 09*

	Exercício	Valor Pago	Situação	Declaração de Pagamento
+	2016	R\$292,01	Quitado	
+	2015	R\$292,01	Quitado	
+	2014	R\$292,01	Quitado	
+	2013	R\$292,01	Quitado	
+	2012	R\$279,27	Quitado	
+	2011	R\$118,79	Quitado	

(*) Motocicleta

Voltar

Imprimir

Seguro DPVAT

Calendário de pagamento

ACESSIBILIDADE



COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

- Documentos Despesas Médicas
- Documentos Invalidez Permanente
- Documentos Morte
- Dicas Indispensáveis

Selecione as opções abaixo para acessar o calendário de pagamento do Seguro DPVAT:

Exercício UF Final da Placa Categoria [Saiba mais](#) Pagamento

2018 PB 8 9 À vista [Consultar](#)

Categoria: 9

Final da Placa	Vencimento			
	IPVA (COTA ÚNICA)	Com Desconto?	DPVAT	Licenciamento
8	31/10/2018	NÃO	31/10/2018	31/10/2018

PB: TABELA DE VENCIMENTO DO IPVA E DO SEGURO DPVAT DE 2018

Como qualquer outro seguro, o DPVAT é um contrato aleatório, onde a seguradora, mediante uma contraprestação pecuniária, assume a responsabilidade de indenizar o segurado na hipótese de ocorrido o sinistro.



Por certo, o inadimplemento por parte dos proprietários de veículos, gera um desequilíbrio no provisionamento, ao passo que a seguradora não recebeu o pagamento que lhe era devido. Assim, a ausência de quitação do prêmio, inviabiliza a manutenção regular do contrato, ensejando um aumento nos valores do prêmio, a fim de harmonizar o balanço atuarial da seguradora, onerando os demais proprietários.

Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes, através do DENATRAN.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74^x, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios. Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

PELO EXPOSTO, NÃO DEVE SER IMPUTADA À SEGURADORA RÉ QUALQUER DEVER DE INDENIZAR A PARTE AUTORA PELOS SUPOSTOS DANOS, EIS QUE AUSENTES OS ELEMENTOS ENSEJADORES DA OBRIGAÇÃO INDENIZATÓRIA.



DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral⁴.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima⁵.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

⁴ RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

⁶“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷ art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

GUARABIRA, 25 de julho de 2019.

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 29/07/2019 14:45:13
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19072914451189200000022368101>
Número do documento: 19072914451189200000022368101

Num. 23065280 - Pág. 10

QUESITOS DA RÉ

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **IVANILDO BARBOSA**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **GUARABIRA**, nos autos do Processo nº 08012250920198150181.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2019.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Poder Judiciário da Paraíba



()

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo: 0801225-09.2019.8.15.0181

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Data e hora de realização: 2019-09-03 11:57:51.852

AUTOR: IVANILDO BARBOSA

Segue termo em anexo.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PARTICIPAÇÃO 3ª COORDENADORIA DO CEJUSC DE GUARABIRA

**PERÍCIA MÉDICA + TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO
MUTIRÃO DPVAT**

Pilões/PB, 26/08/2019 – às 08:00h

Processo nº: 0800084-91.2015.8.15.0181

Vara de Origem: 2ª Vara Única da Comarca de Guarabira/PB

Juiz(a) de Direito: Hígia Antonia Porto Barreto

Conciliador: Idalberto dos Santos Dias

Supervisor: Jesiel Rodrigues da Rocha

Requerente: Ivanildo Barbosa CPF 674.531.044-91

Advogado: Antonio Teotonio de Assunção OAB/PB 10492

Requerida: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVATS/A.

CNPJ nº 09.248.608/0001-04.

Preposto da Seguradora: FERNANDA SILVA SOUZA

Advogados da Seguradora: AUGUSTO CESAR ARAÚJO LIMA – OAB/PB 20863; ANDRÉ LUIZ PEREIRA

V. SOBRINHO – OAB/PB 17747 e, JOELSON ALBINO DE BULHÕES – OAB/PB 8958

Feitos os pregões de estilo, foi constatada a presença das partes, acompanhados de Advogado(a). **Pelo(a) Conciliador(a) foi dito:** Neste Mutirão foi realizada a Perícia Médica. A parte promovente concorda com o Laudo da Perícia Médica. Tentada a conciliação as partes não chegaram a um acordo, **Orientado pelo(a) Magistrado(a), pelo(a) Conciliador(a) foi dito:** Já consta contestação no Id 23065280. As partes convencionam o calendário de prazos em dias úteis, da seguinte forma:

1) A parte promovente apresentará réplica à contestação no período de 27/08 a 16/09/2019;

Nada mais havendo a tratar, fica encerrada a Conciliação.

Conciliador(a) *[Assinatura]*

Parte Autora: *[Assinatura]* - Adv. Autor *[Assinatura]*

Seguradora: *[Assinatura]* - Adv. Seguradora *[Assinatura]*

Mediador/Supervisor *[Assinatura]*

Oficial de Justiça *[Assinatura]*

Magistrado(a):

Visto etc.

Homologo, por despacho, os termos das deliberações supra. Homologo, também, os prazos convencionados pelas partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Local e data supra.

[Assinatura]
JUIZ(A) DE DIREITO

EM TEMPO

Na linha 02, onde lê-se “Pilões” leia-se
“Guarabira” Na linha 03, onde lê-se
“0800084-91.2015.8.15.0181” leia-se
“0801225-09.2019.8.15.0181” Nada mais
Guarabira, 26/08/2019.

[Assinatura]
Shirleandro Soares Pacheco
Auxiliar Judiciário



PROCESSO Nº 0801225-09.2019.815-0181

PERÍCIA MÉDICA

Distribuído em

10/05/19

(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/194)

PERITO DR. JÂNIO

2ª VARA GUARABIRA

Nome completo: IVANILDO BONBOSA

CPF: 674.531.044-91

Endereço completo: RUA HOMERATO ARAUJO FILHO, 31 B. NOR-
OESTE II, GUARABIRA / PB

Informações do acidente

Local: CARDEIRO EM GUARABIRA / PB

Data do Acidente: 19 / 03 / 18

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial su, pra para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Guarabira/PB.

Guarabira/PB, 26 / 08 / 2019.

Ivanildo Bonbosa
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?



Sim



Não



Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(s) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

Pe Esquerda

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Sus

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?



Sim



Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Limitação de flexão e extensão dos dedos P1

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico	Marque aqui o percentual			
1ª Lesão <u>Pé tsq</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input checked="" type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa
4ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual	<input type="checkbox"/> 25% Leve	<input type="checkbox"/> 50% Média	<input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado.

Local e data da realização do exame médico:

Guarabira/PB, 26/08/2019

Assinatura do médico – CRM

Dr. Jânio Dantas Gualberto
Ortopedia e Traumatologia
CRM-4382 TEOT 6514
033004382

Médico Assistente

Ernesto Loewenbach Neto
MÉDICO
CRM - PB 10.690

P/Ass. Gestão de Saúde



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA ALAGOINHA/PB

Ofício 1073/2019

Guarabira/PB, 26/08/2019

SEDEX – URGENTE

Coordenadoria do Núcleo de Políticas de Acordos
Sr. Paulo Leite de Farias Filho
Seguradora Líder DPVAT
Rua Senador Dantas, 74, 16º andar – Centro
Rio de Janeiro/RJ
CEP 20031-205
Processo referência:

Senhor Coordenador.

Ao cumprimentá-lo, solicito a V. Sa, que seja efetuado o pagamento de honorários periciais referentes às avaliações médicas efetuadas no Esforço Concentrado das Ações de Seguro DPVAT/2019, nesta Comarca, realizado no dia 26/08/2019.

Considerando o valor previamente ajustado de R\$ 200,00 (duzentos reais) para cada perícia realizada, conforme convênio celebrado entre as Líder e o TJPB, esclarecendo, de logo, que por medida de economia e celeridades processuais, indico, para o perito nomeado, um processo dentre os periciados para fins de depósito único e posterior expedição de alvará judicial, conforme informações abaixo.

PERÍCIAS DA 2ª VARA

24 Perícias, sendo que uma já foi paga, então são 23 (Vinte e Três) perícias a pagar, perfazendo o montante de R\$ 4.600,00 (Quatro mil e Seiscentos reais), em favor do Dr. JÂNIO DANTAS GUALBERTO, CRM/PB nº 4382 e CPF 691.234-894-72, processo referência 0800125-58.2015.8.15.0181 (processo Pje).

Segue em anexo relação dos processos.

Atenciosamente.

Hígia Antônia Porto Barreto
Juíza de Direito em substituição da 2ª vara





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA ALAGOINHA/PB

01	0800125-58.2015.8.15.0181	
02	0803377-35.2016.8.15.0181	
03	0800471-67.2019.8.15.0181	
04	0802005-46.2019.8.15.0181	
05	0800021-95.2017.8.15.0181	
06	0800762-04.2018.8.15.0181	
07	0800944-58.2016.8.15.0181	
08	0802095-25.2017.8.15.0181	
09	0803006-03.2018.8.15.0181	
10	0801549-96.2019.8.15.0181	
11	0801225-09.2019.8.15.0181	
12	0801396-63.2019.8.15.0181	
13	0802795-64.2018.8.15.0181	
14	0800471-67.2019.8.15.0181	
15	0802992-19.2018.8.15.0181	
16	0800799-94.2019.8.15.0181	
17	0802744-53.2018.8.15.0181	
18	0800683-93.2016.8.15.0181	PAGA
19	0802990-49.2018.8.15.0181	
20	0800279-37.2019.8.15.0181	
21	0800914-18.2019.8.15.0181	
22	0800274-15.2019.8.15.0181	
23	0800084-91.2015.8.15.0181	
24	0802309-50.2016.8.15.0181	EXTRA PAUTA





Núcleo de Conciliação do TJPB



Estado da Paraíba
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça da Paraíba



Centro Judiciário de Solução de
Conflitos e Cidadania
Região de Guarabira

CERTIDÃO - REMESSA

De ordem da MM. Juíza de Direito Coordenadora do CEJUSC, devolvo o processo ao Cartório de origem para os devidos fins. Nada mais.
Guarabira data e hora eletrônica.

Assinatura eletrônica.



EM ANEXO



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro

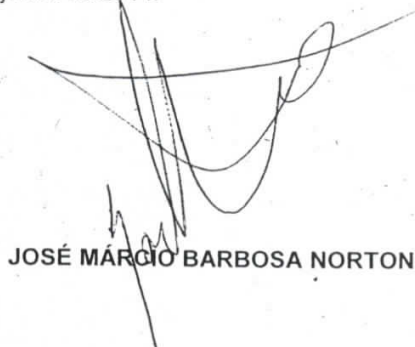




OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.


MARCELO DAVOLI LOPES


JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Serventia : 8,40
36% I.P.FUNDOS : 3,00
Total : 11,40

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EAGM-29273 BNL, EAGM-29274 GLP
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º
Bruno Rodrigo
Belem Gaspar
Escrevente
CADPRO nº 04.04781
At 2013.1.1a.83354
OFÍCIO DE NOTAS - F



17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Paula Cristina A.D. Gaspar
Escritura
CNPJ nº 09.248.608/0001-04
At 2013.1.1a.83354

17º Ofício de Notas
DA CAPITAL

Paula Cristina A.D. Gaspar
Escritura
CNPJ nº 09.248.608/0001-04
At 2013.1.1a.83354

086674
ACS13501

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Cod: X000003CFAF6. Conf. por:
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016. Serventia : 5,09
TJ+FUNDOS : 1,81
Total : 6,90

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EBPO-46356 ZRN Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS

CNPJ nº: 09.246.800/00-04 - NIRE 33.3002847-8
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015, Data, Hora e Local: Aos 19 (dezanove) dias do mês de maio de 2015, às 16h, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Convidados: Os membros do Conselho de Administração foram convidados para comparecerem à reunião sob o seguinte teor:

Presentes: Conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Tchecheno Salas, Bernardo Dickmann, Celso Damadi, Játys de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possede, Jorge de Souza Andrade, Antônio Carlos de Azevedo Novais, Albuquerque Cavalcanti e Ricardo José Iglesias Teófilo; Ausentes: Conselheiro Marcelo Lopes Devlin; Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia. Mesa de Trabalho: Prof. Dr. André Laís Faoro – Secretário Jurídico Comercial do Conselho de Administração do DaI; (II) Ratificação da Eleição de André Laís Faoro, Diretor do DaI; (III) Ratificação da Eleição de Celso Damadi, Diretor Executivo da Companhia realizada na Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015; (IV) Ratificação da Designação dos diretores responsáveis perante a SUSEP realizada na Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015; e (V) Acórdãos em matéria de prestação de contas.

Debateram, por unanimidade, ratificar a eleição de Carlos André Guerra-Barros, brasileiro, casado, secular, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF nº 03.048.878.91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional específico da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo diretor José Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a SUSEP, bem como as demais atribuições inerentes ao presente quando da homologação junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito está mandado de 1 (um) ano, que será termô em 25 de março de 2016, permanecendo o atual mandato até o término do prazo estabelecido. O Diretor eleito declara que não está incorso em nenhum crime que lhe impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não está instaurado, para tanto, nos termos da Lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções CVM nº 358/2003 e Resolução SECOP nº 10/2004.

CNS*P*. A remuneração dos membros da Direção Executiva foi variada o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015. (II) Os conselheiros debateram, por unanimidade, ratificar as designações estabelecidas na Ata da Reunião do Conselho de Administração da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Catão da Silva, Diretor Administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton, diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) até a posse do diretor Carlos André Guerra-Barros, diretor responsável pelas atividades relacionadas com a SUSEP; Marcelo Lopes Devlin, diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nºs 234/03 e 445/2012) e diretor responsável pelos controles internos; (d) Claudio Mendes Ladeira, diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03); e (e) até a posse do diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou transferências de riscos, decorrentes das operações de seguros, tendo-se ratificado, por unanimidade, a constância na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma de regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e realização para este resultado. Assim, os presentes ou representantes legais, parentes, até o terceiro grau, inclusive, dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia, e (III) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos pessoais, nem se trataram, nem houve qualquer discussão sobre assuntos de natureza pessoal, nem se tratou, nem encerrada a reunião e lavrada a presente ata, em prova de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho – Presidente do Conselho de Administração; (ass.) Bernardo Dickmann – Conselheiro; (ass.) Rosana Tchecheno Salas – Conselheira; (ass.) Játys de Mendonça Alexandre – Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possede – Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade – Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldman – Conselheiro; (ass.) Antônio Carlos de Azevedo Novais – Conselheiro; (ass.) Celso Damadi – Conselheiro; (ass.) Ricardo José Iglesias Teófilo – Conselheiro. Rio de Janeiro, 19 de maio de 2015. André Laís Faoro – Secretário Jurídico Comercial do Conselho de Administração do DaI – NIRE nº 33.3002847-8. Protocolo: 00-201918643-3 - 12/06/2015. Certificado de Deferimento em 22/06/2015 e publicação em 01º de 00002777323. Bernardo S. Benavente – Secretário Legal.

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS

[illegible]

não tem direito a voto nas matérias da ordem do dia de 1ª Mesa de Trabalho.

Presidente: Lúiz Tavares Pereira Filho, Secretário Adolfo Leal Faoro, Orosvaldo de Aguiar e os membros do Comitê de Auditoria e (II) Assuntos Gerais Deliberação: Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger para composição do Comitê de Auditoria da Companhia (I) **Lúiz Pereira de Souza**, brasileiro, casado, contador, mltor do documento de identidade nº 008.645.328-0, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.845.328-0, residente na Rua Santa Helena, nº 79, Jd. São Paulo, Estado de São Paulo, que exercerá a função de Juízo Fiscal; (II) **Renato Paulino de Carvalho Filho**, brasileiro, casado, advogado, mltor do documento de identidade nº 008.116.656.14, expedido pelo IPR RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 344.127.571.91, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; (III) **João Gilberto Possede**, brasileiro, casado, engenheiro, mltor do documento de identidade nº 32.733.823-9, inscrito na SSPSP inscrita no CPF/MF sob o nº 210.557.189.15, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, todos com mandato de 1 (um) ano a contar desta data até 25 de março de 2016; e (IV) Os membros do Conselho de Administração nada de liberação.

Aprovação e Assinatura da Ata: Nada a ser tratado, foi aprovada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinauras: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Conselheiro Presidente, (ass.) Adolfo Leal Faoro - Conselheiro, (ass.) Orosvaldo de Aguiar - Conselheiro, (ass.) Celso Damasceno - Conselheiro, (ass.) Jaba de Menezes - Conselheiro, (ass.) João Gilberto Possede - Conselheiro, (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro, (ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro, (ass.) Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro, (ass.) Luiz Ignesius Teixeira - Conselheiro, (ass.) Rissana Techina Salasano - Conselheiro, (ass.) Roberto de Aguiar - Conselheiro. Certificado que a presente cartilho é cópia fiel do original.

Ata lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia, Rio de Janeiro, 31 de março de 2015 Adolfo Leal Faoro - Secretário Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - NIRE nº 12.00284-6/000140-00/2015-0001598214 / 17061025. Bernardo F. D. Delencimento em 22/06/2015 e Registro sob o nº 0003277238. Bernardo F. S. Benvarguer - Secretário Geral.

BRF-BIOREFINO DE LUBRIFICANTES S.A.

CNPJ/MF nº 31.912.675/0001-59 - NIRE nº 333.003.029771-5

Asssembleia Geral Ordinária (Lavrada sob o número do sumário, conforme facultado pelo art. 130 §1º da Lei nº 6.404/76). **Dia, Hora e Local:** 25/05/2016, às 14h, na Av. Fabris, nº 6404/6, Caxias, RJ. **Mesa:** Vitor Ribeiro de Almeida, Presidente; Paulo Roberto de Souza, Secretário. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., conforme assinaatua aposta no Livro de Presença e Acionistas Convocação. **Dispensada** em razão da presença da totalidade dos acionistas, conforme dispõe o §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Ordem do Dia:** a) **Deliberação sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras** sobre o Relatório da Administração encerrado em 31/12/14. b) **Deliberar** sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos c) **Deliberar** sobre a remuneração global anual dos administradores da BRF Bixefredo de Lubrificantes e Óleos e o exercício de 2015. **Deliberações aprovadas** por unanimidade: a) **Aprovaram** a distribuição de dividendos e a remuneração e as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/14, nos termos do parecer emitido pela auditoria independente Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.A., atestando-se de votar os legalmente impedidos conforme o art.134, §5º da Lei nº 6.404/76. b) **Aprovaram** a distribuição de dividendos considerando que a BRF Bixefredo de Lubrificantes e Óleos não possui dividendos a receber do exercício de 2014. c) **Aprovaram** a fixação da remuneração global e anual dos administradores para o exercício de 2015 em até R\$118.135,00 a vigorar a partir de 01/04/15 até o mês de realização da AGO de 2016, cabendo ao Conselho de Administração decidir a distribuição de dividendos e a remuneração global e anual da Administração da Cia. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, o que, ninguém se manifestou, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, a qual se encontra arquivada no Livro de Atas, sob o nº 13, e a qual se lê e torna. Certifico que a presente ata contém a fiel e verdadeira transcrição do teor e forma. Certifico que a presente ata contém a fiel e verdadeira transcrição do teor e forma. **Caxias, 30/04/15** Vitor Ribeiro de Almeida, Presidente. Diogo Valle Bueno, Secretário. Acionistas: Petróbras Distribuidora S.A., Pedro Aurelio Cardoso Sampão, RRF Participações e Administração de Empresas S.A., 2733278, em 12/05/15. Bernardo F.S. Bernauer - Secretário Geral.

GOMES DE SOUZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/Nº: 01.919.658-0001-48 **NIRE:** 3330025002

Ato de AGO realizado em, lavrada no livro social: 1. Data, Hora e Local: Aos 24/04/15, às 11hs na sede da empresa na Rua Dirceu de Mattos, 8 parte, Higienópolis/RJ. 2. Convocação: Formulada de acordo com o artigo 173 do Estatuto Social. 3. Assunto: Assembleia Geral Ordinária da Sociedade 3. Qvorum: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no art. 124, §4º da Lei 6.404/76, em decorrência de estarem presentes os representantes da totalidade do capital social. Conforme Livro de Presença de Acionistas 4. Mensagem: Para deliberar sobre a proposta de alteração estatutária dos nomes de Souza Sarcinella Srta. Patrícia Benvides de Sousa Magalhães Arnaud. 5. Ordem do Dia: (I) Aprovar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício final em 31/12/14; (II) Deliberar sobre a destinação dos lucros líquidos do exercício anterior; (III) Eleição da Diretoria e Deliberar sobre a proposta dos honorários da Diretoria no valor de R\$ 30.000,00 anuais; (IV) Eleição da Diretoria e (V) Assuntos Gerais. 6. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos acionistas representando a totalidade do Capital Social; (I) Aprovados o relatório e as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14; (II) Aprovada a proposta de Diretoria quanto à destinação do Lucro Líquido do exercício no valor de R\$ 648.658,53; (III) Aprovada a proposta da seguinte forma: 33% para distribuição aos acionistas, 33% para formação da Reserva Legal, 10,0% de lucro restante (de R\$ 798.375,65) para a reserva legal.

[illegible]

DINÂMICA ENERGIA S.A.

CNPJ/MF 07.659.538/0001-51 - NIRE = 313.0077698-0
ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 22 DE JUNHO
DE 2015. 1. Data, hora e local da Reunião as 10h30 horas em 22 de junho de 2015, no endereço Rua Manoel de Aguiar, Av. Presidente Vargas, 463 - 13º andar, cidade do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
2. Assistentes: o Sr. João Roberto de Jesus, Diretor Administrativo Financeiro do Banco do Brasil S.A., e o Sr. Paulo Roberto de Jesus, Diretor Administrativo Financeiro do Banco do Brasil S.A., ambos presentes.
3. Objetivo da Reunião: a) Deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 157.100,00 (quinhentos e setenta e sete mil e cem reais), inscritos no balanço patrimonial da Companhia de Administração de 19/12/2014; b) Deliberar sobre o pagamento de dividendos no valor de R\$ 245.846,74 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos); c) Deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 162.540,23 (cento e sessenta e dois mil quinhentos e quarenta reais e vinte e três centavos) aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2015; d) Deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio, inscritos nos precatórios nº 924.939-9, emitidos pelo Tribunal de Contas da União em 13 de dezembro de 1996 e de dividendos U total a ser pago de R\$ 983.386,97 (novecentos e oitenta e três mil trezentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos) e será distribuído proporcionalmente entre os acionistas que possuíam ações da companhia na data de 31 de maio de 2015, com base no saldo das participações em capital própria e demais reservas e créditos da companhia à razão de R\$ 0,0017197132 por ação em título de Juros sobre Capital Próprio e R\$ 408.386,97 (quatrocentos e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos) a cada ação inscrita no Livro 1.636, sob a titulação de Dividendos, tudo o que se encontra transcrito no processo nº 07/07/2015, em contas apuradas e comprovadas pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. e pelo Comitê de Investimentos em Renda Fixa do Banco do Brasil S.A. e o valor nominal de ações em circulação vigente. 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrada a Ata que vai assinada por todos os diretores. Rio de Janeiro, 22 de junho de 2015. JOSÉ JOAO ABDALAL FILIPE, Presidente do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. FRANCISCO DANTAS VILAS BOAS, Diretor JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Certifico que o presente foi arquivado sob o nº 2779853 e data de 26/06/2015. Bernardo

Nautlius S/A - Empreendimentos e Participações

CNPJ/MF: 01.544.790/0001-08 - NIRE: 3330262593-1
Ata de AGO, lavrada na forma de ata, em 1. Data, Hora e Local:
Ao 24/04/15, às 10:30hrs na sede da empresa na Rua D'Arês de Mello,
nº 100, bairro do Fátima, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,
participando todos os acionistas, pelo Diretor Presidente da So-
ciedade 3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital
Social, conforme assinaturas apostas no livro próprio. 4. Mesa: Pa-
dringil ou trabalhos foram escolhidos: Presidente, o Sr. Paulo Cesar
Gomes de Souza, e Secretário o Sr. Felipe de Castro Souza. 5. Or-
dem do dia: I) Apreciação das demonstrações financeiras relativas ao
balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício
findo em 31/12/14; II) Deliberação sobre a proposta do resultado do
exercício e a distribuição de dividendos; III) Deliberação sobre a pro-
posta dos honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais;
IV) Aprovação da proposta de extinção da reserva legal; V) Delibera-
ções referentes à totalidade do Capital Social; VI) Apreciação
do relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as
demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em
31/12/14; VII) Apreciação da proposta da Diretoria quanto à destinação do
Lucro Líquido do exercício no valor de R\$ 1491.038,71, que será re-
tribuída aos membros da Diretoria, Encargamento e Encargamento
destinado à Reserva Legal e a VIII) O saldo restante de R\$ 1.416.496,88
para distribuição de dividendos. Aprovados os honorários da Diretoria
para o ano de 2015 no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem dis-
tribuídos entre os membros da Diretoria, em comum acordo entre ne-
stes senhores, tendo em vista o desempenho relevante já obtido
e discutido na presente assembleia. Encargamento e Encargamento
da Assembleia, verificando em seguida que foram aborçados todos os
itens de ordem do dia, e constatando que nada mais havia a tra-
tar, esclareceu que, por suas deliberações tomadas, o Conselho Fiscal
não convoca por não se encontrar instaurada e encerrou os trabalhos
sendo: Assinatura do Presidente da Assembleia, Encargamento e En-
carregamento, pelos membros de mesa e pelos acionistas representativos da
totalidade do Capital Social. RJ, 24/04/15 Paulo Cesar Gomes de Souza,
- Presidente da Assembleia, Felipe de Castro Souza - Secretário Ju-
risdico nº 673242 at 2005/2015 Bernardo F.S. Bawinger - Secre-

DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO

ASSINATURAS SEMEOTRATS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 394,00
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 471,00
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 57,00

(*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI
OBS: Das assinaturas com desconto somente se aplicam as indicadas para o funcionário do
público (Federal, Estadual, Municipal), e não as reservadas ao último com a quebra
A Junta Diretora do Estado do Rio de Janeiro não é de pessoas autorizadas
a receber e nem a reconhecer as assinaturas. As assinaturas poderão ser adquiridas a
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia de Azevedo, Centro - Niterói, RJ

ATENÇÃO: 6 unidades a serem entregadas

IMPRENSA FORTUNA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua Professor Helder
Carmo nº 81, Centro - Niterói, RJ - CEP 24.030-230. Tel.: (0xx21) 771-4161
Fax: (0xx21) 771-4348

~~www.imprensaoficial.ri.gov.br~~

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 25 às 13h

17º **Ofício de Notas**
DA CAPITAL

Certifico e dou fé que a presente original que foi apresentado, Rio de Janeiro, 13 de junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT
EMP-46363 RIO-Gensul te em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º
Paula Cristina A.D. Gaspar-Aut
17º Ofício de Notas
171-0800

reprodução
AFD. Cont. por: fiel do
serventia
TJ-RFUNDOS
Total
3.09
1.81
6.90

CEB574
ACS1308



ATAS, CERTIDÕES E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firms

ATLAS ALUMÍNIO S.A.
CNPJ/MF: 12.336.018/0001-48 - NIRE: 33.3.0029453.8
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de junho de 2015, 1. Data, hora e local: Aos 19 de junho de 2015, às 10:00 horas na sede da Atlas Alumínio S.A. ("Companhia"), localizada no Estado e na Cidade do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo nº 228, sala 701, CEP 22250-145. 2. Convocação: Dispensada e convocação 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), em função da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. 3. Presença: Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de Presença de Acionistas. 4. Mesa: Presidente: Hans Joachim Kock. Secretária: Waldira Mossetta. 5. Publicações: Os resultados financeiros da Companhia foram publicados nos seguintes jornais: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Diário Comercial no dia 28 de maio de 2015. 6. Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre o Relatório Anual e das demonstrações financeiras, re deliberação sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio e a distribuição de dividendos referente ao exercício financeiro de 31/12/2014; e (ii) Examinar, discutir e deliberar sobre a aprovação da remuneração dos administradores da Companhia. 7. Deliberações: Depois de examinada e discutida a matéria da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, 7.1. O Relatório Anual e as demonstrações financeiras referentes ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2014. Uma vez aprovada a conta de lucros e prejuízos referente ao exercício de 31/12/2014, o balanço patrimonial (Lucros Acumulados) levantado em 31 de dezembro de 2014, no valor bruto de R\$ 67.195.103,72 (sessenta e sete milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e três reais e setenta e dois centavos), dos quais R\$ 10.079.265,56 (dez milhões, setenta e nove mil, duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) são pagos da Imposição de Renda (IRRF), os quais totalizam o montante líquido de impostos de R\$ 57.115.838,16 (cinquenta e sete milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e trinta e oito reais e dezesseis centavos). A destinação do montante líquido de impostos de R\$ 57.115.838,16 (cinquenta e sete milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e trinta e oito reais e dezesseis centavos) será efetuada da seguinte maneira: (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido de 2014, no valor de R\$ 2.859.536,16 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, cento e sessenta e seis reais e dezesseis centavos), será pago a título de dividendo adicional. Os dividendos serão pagos até o dia 31 de dezembro de 2015. 7.2. Conforme Instrumento de Usufruto anexo, a acionista Hydro Aluminium Brasil Investment B.V. instituiu em usufruto seus direitos patrimoniais e financeiros decorrentes de suas ações na Companhia para a acionista

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações	1
Associações, Sociedades e Firms	1
Avisos, Editais e Termos	11
Associações, Sociedades e Firms	11
Condomínios	13
Leilões Extrajudiciais	13
Órgãos de Representação Profissional	13

Hydro Albras B.V. Pontão, a distribuição dos dividendos e juros sobre capital próprio definidos no item 7.1 acima serão pagos integralmente a acionista Hydro Albras B.V. 7. Remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2015 no montante de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), incluídas as remunerações de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) individualizadas pelo Conselho de Administração da Companhia. 7.4. Autorizar a lavratura da Ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária na forma sumária, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. 8. Encerramento: Como nada mais havia a ser tratado, o Presidente da Assembleia declarou a presente Ata a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes. Confere com o original lavrado em livro próprio, Rio de Janeiro, 19 de junho de 2015. Hans Joachim Kock. Presidente. Waldira Mossetta. Secretária. CER. TIDAO. Jucera registra nº 00002775341 em 25/06/2015. Bernardo F. S. Berwanger. Secretário-Geral. Id. 1853430

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS

DO SEGURO DPVAT S.A.
CNPJ/MF nº 09.248.606/0001-04 - NIRE 33.3.0028479-6
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015. Data, Hora e Local: Aos 19 (dezenove) dias do mês de maio de 2015, às 16:30h na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 12 de maio de 2015. Presença: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Tereza Salsano, Bernardo Diekmann, Celso Damatti, Jairo de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Goldman, Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti e Ricardo José Iglesias Izevalle. Presenças ausentes os conselheiros suplentes Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião. Também presente o representante da Comissão de Auditoria da Companhia, Dr. Paulo de Souza, brasileiro casado, contador, titular do documento de identidade nº 11.431.696, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.845.328-08, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que exerceu a função de coordenador do referido Comitê. (2) Renato Paulino, brasileiro casado, economista, titular do documento de identidade nº 008.116.051-14, expedido pelo IPRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 344.726.577-91, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e (3) Marcos Acácio Ferreira, brasileiro casado, economista, titular do documento de identidade nº 327.380.615-5, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 210.557.189-15, residente e domiciliado na cidade do Rio de Ja-

neiro, Estado do Rio de Janeiro, para novo mandato de 1 (um) ano, que terá termo em 25 de março de 2016, e (ii) Os membros do Conselho de Administração não deliberaram a título de assuntos gerais. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e arrolada corretamente, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Rosana Tereza Salsano - Conselheira Vice-Presidente; (ass.) Bernardo Diekmann - Conselheiro; (ass.) Celso Damatti - Conselheiro; (ass.) Jairo de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro; (ass.) Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro e (ass.) Ricardo José Iglesias Izevalle - Conselheiro. Rio de Janeiro, 19 de maio de 2015. André Lael Faoro - Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - NIRE nº 33.3.0028479-6, Protocolo 00.2015/1982/1-1 de 19/06/2015. Certificado de Deliberação em 22/06/2015 e o Registro sob o nº 00002772240. Bernardo F. S. Berwanger. Secretário Geral. Id. 1853431

N.S.O.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 12.634.131/0001-00 - NIRE 33.300.301.461
Ata da AGE. Data, Hora e Local: Aos 16/06/2015, às 15h, RJ/RJ, na Rua Sete de Setembro nº 55, sala 1804, Centro. Convocação: De acordo com os termos do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. Presença: Presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. Mesa: Presidente Antônio Carlos Rodrigues e Secretária Evânia Cerqueira de Brito. Ordem do Dia: Examinar, discutir e deliberar acerca do aumento do capital social da Cia., mediante a subscrição de novas ações, e consequente alteração do art. 6º do Estatuto Social ("Deliberações Lançadas"). Após discutidas as matérias constantes das Deliberações Lançadas, os acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. deliberaram, sem quaisquer restrições, o quanto segue: (i) aumentar o capital social, dos atuais R\$380.684.062,00, para R\$389.784.062,00, sendo esse aumento no montante de R\$9.100.000,00, com a correspondente emissão de 8.900.000 (oito milhões e noventa mil) ações, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação, nos termos do art. 170 da Lei das S.A. As ações emitidas são neste ato totalmente subscritas pela acionista CIMINPART - Investimentos e Participações SGPS S.A., nos termos do Boleim de Subscrição anexo (Anexo II) e mediante a expressão de concordância da outra acionista, que expressamente renuncia ao direito de preferência previsto no art. 171 da Lei das S.A. O capital ora subscrito é, neste ato, totalmente integralizado em moeda corrente na forma de ações ordinárias, conforme os seguintes contratos de CIMINPART - Investimentos e Participações SGPS S.A., nos termos da Lei nº 12.893/2015, de 08/06/2015, e o nº 12.994/2015, de 12/06/2015, e (ii) diante do exposto acima, o art. 6º do Estatuto Social da Cia. passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 6º. O capital subscrito e integralizado da Cia. é de R\$389.784.062,00, totalmente integralizado da seguinte maneira: (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido de 2014, no valor de R\$ 2.859.536,16 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, cento e sessenta e seis reais e dezesseis centavos), será pago a título de dividendo adicional. Os dividendos serão pagos até o dia 31 de dezembro de 2015. 7.2. Conforme Instrumento de Usufruto anexo, a acionista Hydro Aluminium Brasil Investment B.V. instituiu em usufruto seus direitos patrimoniais e financeiros decorrentes de suas ações na Companhia para a acionista

F2C CONSULTORIA, ASSESSORIA E ANÁLISE DE INFORMÁTICA S/A

CNPJ - 07.737.631/0001-37

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2014

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras, levantadas em 2014 e 2013, e as respectivas Demonstrações de Resultados do Exercício, do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes aos exercícios fideiussorizados nas datas. Expressamos os nossos agradecimentos a todos.

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2014 (Em Reais)		DEMONSTRAÇÃO DA MUTUAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)		DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO (Em Reais)	
	31/12/2014	31/12/2013	Capital Integralizado	Capital Aporte	Reserva Legal
ATIVO	18.654.085	9.943.710	4.629.200		177.799
CIRCULANTE	19.120.850	9.278.538			
Caixa e Equivalente de Caixa	1.919.669	2.473.991			
Clientes	14.615.911	6.419.581			
Impostos a Recuperar	1.604.030	142.929			
Ativo Fiscal Diferido IRPJ e CSLL	124.182	166.685			
Outros Ativos	555.058	76.352			
NÃO CIRCULANTE	963.245	664.172			
Imobilizado	557.009	655.597			
Imobilizado de uso	1.387.441	1.326.681			
Depreciação Acumulada	-830.432	-671.084			
Intangível	6.236	8.576			
Direito de Uso de Software	-5.457	-3.116			
Amortização Acumulada	-11.693	-11.693			
PASSIVO	18.654.085	9.943.710			
CIRCULANTE	10.932.366	5.087.596			
Fornecedores	3.907.221	40.604			
Emprestimos, Financiamentos e Encargos	2.191.288	30.244			
Impostos e Contribuições a Recolher	556.861	656.463			
Dividendos a Pagar	109.220	1.681.398			
Contas a Pagar	1.504.468	1.006.454			
Provisão de Férias	761.357	560.069			
Passivos Fiscais Diferido IRPJ e CSLL	1.436.623	275.203			
Provisão IRPJ e CSLL	285.328	177.015			
Provisão para Contingências	73.179	69.115			
NÃO CIRCULANTE	73.179	69.115			
Emprestimos, Financiamentos e Encargos	73.179	69.115			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.676.550	4.806.999			
Capital Social	6.310.598	4.629.200			
Reserva Legal	292.768	177.799			
Reserva de Lucros	2.073.184				
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE (Em Reais)		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIO APURADO EM 31/12/2014 (Em Reais)		DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO (Em Reais)	
	2014	2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
Lucro do Exercício	2.299.373	3.555.973	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	39.661.218	2.473.991
Total do Resultado Abrangente Líquido	2.299.373	3.555.973	Prestação de Serviços	10.941.931	3.555.973
			Venda de mercadorias	-4.348.485	3.755.467
			Impostos s/ Serviços e Mercadorias Vendidas	3.500.349	881.690
			(e) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	48.342.733	35.488.221
			Custos dos Serviços Prestados	-7.845.027	-492.376
			Custos das Mercadorias Vendidas	-1.022.587	-6.771
			Custos com Pessoal e Benefícios	-21.067.976	-1.874.943
			RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	10.567.141	8.981.252
			Despesas Administrativas	-1.497.708	-2.568.960
			Despesas com Pessoal e Benefícios	-4.470.152	-1.01.583
			Despesas Financeiras	-419.671	-48.482
			Despesas Financeiras	-568.486	-84.792
			Resultado não Operacional	3.112.424	4.784.584
			Ganho Alienação de Ativo	3.112.424	-1.148.919
			RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.977.996	5.224.649
			Contribuição Social	-46.879	-79.792
			Contribuição Social Diferida	318.612	-28.726
			RESULTADO ANTES DO IRPJ	3.112.424	4.784.584
			IRPJ	127.826	-1.148.919
			IRPJ Diferido	885.241	-79.792
			RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.299.373	3.555.973

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76 e as Normas e princípios da Contabilidade gerencialmente aceitos.
- Apuração de resultado: As despesas e receitas foram reconhecidas pelo regime de competência, independentemente de seu efetivo pagamento ou recebimento.
- O Capital Social é de R\$ 6.310.598 dividido em 4.629.075 ações ON.

DIRETOR FINANCEIRO

JOSÉ RAMON DA SILVA MURADAS JUNIOR

CONTADOR

JAIR BASTOS FILHO CRC-RJ 055791/O-4

17º Ofício de Notas
BACAPITAL

Certifico e dou fé que a original que foi apresentado, Rio de Janeiro, 13 de Junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL

ERRO-46361 LIT Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitrepublco>

026674
A01505

Reprodução fiel do
serventia
Total : 5,09
: 1,81
: 6,90



17º **Ofício de Notas**
DA CAPITAL

Tablete: Carlos Henrique Oliveira
Rua do Carmo, 61 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20014-000

CARTÓRIO DO 17º
Paula Cristina A. D.
Gaspal

Ofício de Notas

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado, Cód: X000003074FC. Conf. por: Serventia T4FLN005

Rio de Janeiro, 24 de Junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL-AUT

EMFO-46362.036 Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitrepublico>

Total : 6.90

5.09
1.81

COBES 74
ACS13507



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

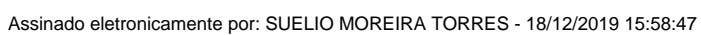
ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3



[illegible]

Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Reratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

MESA DE TRABALHO:



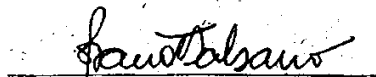
Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente

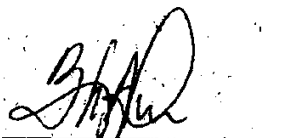


André Leal Faoro
Secretário

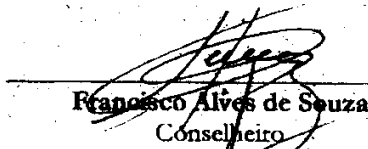
Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 2 de 3




Rosana Techima Salsano
Conselheira Vice-Presidente

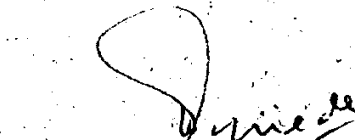

Bernardo Dieckmann
Conselheiro


Celso Damadi
Conselheiro

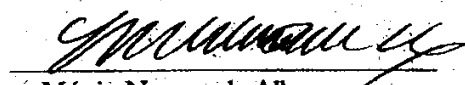

Francisco Alves de Souza
Conselheiro

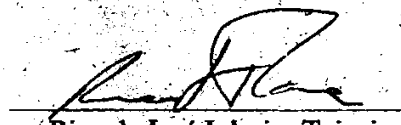

Hélio Hiroshi Kinoshita
Conselheiro



Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro

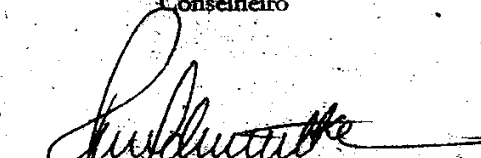

João Gilberto Possiede
Conselheiro


Jorge de Souza Andrade
Conselheiro



Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro


Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Roberto Barroso
Conselheiro

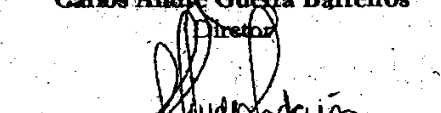

Valeria Camacho Martins Schmitke
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:


Ricardo de Sá Acatauassú Xavier
Diretor Presidente


Carlos André Guerra Barreiros
Diretor

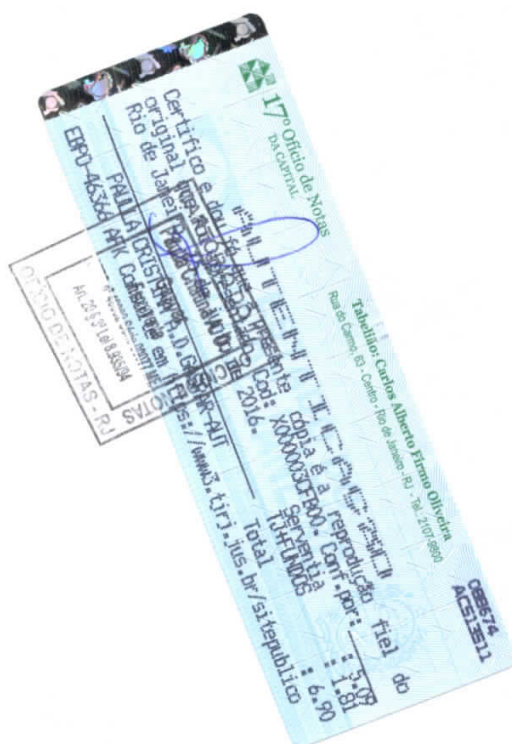

Marcelo Davoli Lopes
Diretor


Claudio Mendes Ladeira
Diretor


Marcus Vinicius Cataldo de Felipe
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 3 de 3





[illegible]

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL	
ASSINATURA NORMAL	R\$ 784,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 199,00 (*)
ORÇÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)

(*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI.

OBS: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para o último exercício profissional (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último recibo em vigor.

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para a emissão de recibos. Os recibos são emitidos por entidades em nome das Superintendências para as Agências credenciadas do Banco ITAU. Cópias dos recibos e comprovantes de depósito são entregues à rua Professor Manoel Carneiro n.º 1, Centro - Niterói, RJ.

ATENÇÃO: É vedada a devolução de valores pelas assinaturas do D.O.

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Manoel Carneiro n.º 1, Centro - Niterói, RJ. CEP 24.030-730. Tel. (0xx21) 242.1111. Fax (0xx21) 242.1111.

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS. Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

www.imprensaoficial.ri.gov.br

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 2h às 18h

Mauro Abreu de Amaral





Número do documento: 19121815584696200000026244755

Toder dos Consórcios do Seguro (DPVAT S/A, L. 13.123/1956, 2º e 3º, 4º e 5º, 6º e 7º, 8º e 9º, 10º e 11º, 12º e 13º, 14º e 15º, 16º e 17º, 18º e 19º, 20º e 21º, 22º e 23º, 24º e 25º, 26º e 27º, 28º e 29º, 30º e 31º, 32º e 33º, 34º e 35º, 36º e 37º, 38º e 39º, 40º e 41º, 42º e 43º, 44º e 45º, 46º e 47º, 48º e 49º, 50º e 51º, 52º e 53º, 54º e 55º, 56º e 57º, 58º e 59º, 60º e 61º, 62º e 63º, 64º e 65º, 66º e 67º, 68º e 69º, 70º e 71º, 72º e 73º, 74º e 75º, 76º e 77º, 78º e 79º, 80º e 81º, 82º e 83º, 84º e 85º, 86º e 87º, 88º e 89º, 90º e 91º, 92º e 93º, 94º e 95º, 96º e 97º, 98º e 99º, 100º e 101º, 102º e 103º, 104º e 105º, 106º e 107º, 108º e 109º, 110º e 111º, 112º e 113º, 114º e 115º, 116º e 117º, 118º e 119º, 120º e 121º, 122º e 123º, 124º e 125º, 126º e 127º, 128º e 129º, 130º e 131º, 132º e 133º, 134º e 135º, 136º e 137º, 138º e 139º, 140º e 141º, 142º e 143º, 144º e 145º, 146º e 147º, 148º e 149º, 150º e 151º, 152º e 153º, 154º e 155º, 156º e 157º, 158º e 159º, 160º e 161º, 162º e 163º, 164º e 165º, 166º e 167º, 168º e 169º, 170º e 171º, 172º e 173º, 174º e 175º, 176º e 177º, 178º e 179º, 180º e 181º, 182º e 183º, 184º e 185º, 186º e 187º, 188º e 189º, 190º e 191º, 192º e 193º, 194º e 195º, 196º e 197º, 198º e 199º, 200º e 201º, 202º e 203º, 204º e 205º, 206º e 207º, 208º e 209º, 210º e 211º, 212º e 213º, 214º e 215º, 216º e 217º, 218º e 219º, 220º e 221º, 222º e 223º, 224º e 225º, 226º e 227º, 228º e 229º, 230º e 231º, 232º e 233º, 234º e 235º, 236º e 237º, 238º e 239º, 240º e 241º, 242º e 243º, 244º e 245º, 246º e 247º, 248º e 249º, 250º e 251º, 252º e 253º, 254º e 255º, 256º e 257º, 258º e 259º, 260º e 261º, 262º e 263º, 264º e 265º, 266º e 267º, 268º e 269º, 270º e 271º, 272º e 273º, 274º e 275º, 276º e 277º, 278º e 279º, 280º e 281º, 282º e 283º, 284º e 285º, 286º e 287º, 288º e 289º, 290º e 291º, 292º e 293º, 294º e 295º, 296º e 297º, 298º e 299º, 300º e 301º, 302º e 303º, 304º e 305º, 306º e 307º, 308º e 309º, 310º e 311º, 312º e 313º, 314º e 315º, 316º e 317º, 318º e 319º, 320º e 321º, 322º e 323º, 324º e 325º, 326º e 327º, 328º e 329º, 330º e 331º, 332º e 333º, 334º e 335º, 336º e 337º, 338º e 339º, 340º e 341º, 342º e 343º, 344º e 345º, 346º e 347º, 348º e 349º, 350º e 351º, 352º e 353º, 354º e 355º, 356º e 357º, 358º e 359º, 360º e 361º, 362º e 363º, 364º e 365º, 366º e 367º, 368º e 369º, 370º e 371º, 372º e 373º, 374º e 375º, 376º e 377º, 378º e 379º, 380º e 381º, 382º e 383º, 384º e 385º, 386º e 387º, 388º e 389º, 390º e 391º, 392º e 393º, 394º e 395º, 396º e 397º, 398º e 399º, 400º e 401º, 402º e 403º, 404º e 405º, 406º e 407º, 408º e 409º, 410º e 411º, 412º e 413º, 414º e 415º, 416º e 417º, 418º e 419º, 420º e 421º, 422º e 423º, 424º e 425º, 426º e 427º, 428º e 429º, 430º e 431º, 432º e 433º, 434º e 435º, 436º e 437º, 438º e 439º, 440º e 441º, 442º e 443º, 444º e 445º, 446º e 447º, 448º e 449º, 450º e 451º, 452º e 453º, 454º e 455º, 456º e 457º, 458º e 459º, 460º e 461º, 462º e 463º, 464º e 465º, 466º e 467º, 468º e 469º, 470º e 471º, 472º e 473º, 474º e 475º, 476º e 477º, 478º e 479º, 480º e 481º, 482º e 483º, 484º e 485º, 486º e 487º, 488º e 489º, 490º e 491º, 492º e 493º, 494º e 495º, 496º e 497º, 498º e 499º, 500º e 501º, 502º e 503º, 504º e 505º, 506º e 507º, 508º e 509º, 510º e 511º, 512º e 513º, 514º e 515º, 516º e 517º, 518º e 519º, 520º e 521º, 522º e 523º, 524º e 525º, 526º e 527º, 528º e 529º, 530º e 531º, 532º e 533º, 534º e 535º, 536º e 537º, 538º e 539º, 540º e 541º, 542º e 543º, 544º e 545º, 546º e 547º, 548º e 549º, 550º e 551º, 552º e 553º, 554º e 555º, 556º e 557º, 558º e 559º, 560º e 561º, 562º e 563º, 564º e 565º, 566º e 567º, 568º e 569º, 570º e 571º, 572º e 573º, 574º e 575º, 576º e 577º, 578º e 579º, 580º e 581º, 582º e 583º, 584º e 585º, 586º e 587º, 588º e 589º, 590º e 591º, 592º e 593º, 594º e 595º, 596º e 597º, 598º e 599º, 600º e 601º, 602º e 603º, 604º e 605º, 606º e 607º, 608º e 609º, 610º e 611º, 612º e 613º, 614º e 615º, 616º e 617º, 618º e 619º, 620º e 621º, 622º e 623º, 624º e 625º, 626º e 627º, 628º e 629º, 630º e 631º, 632º e 633º, 634º e 635º, 636º e 637º, 638º e 639º, 640º e 641º, 642º e 643º, 644º e 645º, 646º e 647º, 648º e 649º, 650º e 651º, 652º e 653º, 654º e 655º, 656º e 657º, 658º e 659º, 660º e 661º, 662º e 663º, 664º e 665º, 666º e 667º, 668º e 669º, 670º e 671º, 672º e 673º, 674º e 675º, 676º e 677º, 678º e 679º, 680º e 681º, 682º e 683º, 684º e 685º, 686º e 687º, 688º e 689º, 690º e 691º, 692º e 693º, 694º e 695º, 69



17º Ofício de Notas
DIA CAPITAL

Taboão Carlos Alberto Fiano Oliveira
Rua da Gramma 57, Centro, Pôrto Alegre - RJ - Tel: 2107-8833

Paula Cristina

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original que foi apresentado para fins de autenticação.

Rio de Janeiro, 23 de Junho de 2019.

PAULA CRISTINA A.D. EXPEDIENTE DE NOTAS - DIAS - R\$ 6.90

ERQ-46364 Foi consultada em <https://www3.tjri.jus.br/sitpublico>

088674
AC51509




[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA. ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU DÚBIDA MENTAL, DISTÚRBIOS PSIQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS POR USO DE DROGAS. ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE 100 LITROS DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO, SUPLENIMENTO, ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CURADOS MEDICINAIS. CAPITAL SOCIAL: R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). END. ESTRADA UNIV. 14.740, POSESSA, PIETROPOLIS - RJ. CEP. 25.770-480. Pietropolis-RJ, 02/21/2001.

HYDRATEC COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA LPP
CNPJ Nº 04.289.430/0001-26
CONVOCAÇÃO (ART. 1152 E 1º E 3º DO COD CIVIL) Nesto ato fica convocado o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para comparecer no dia 27/01/2012 e no dia 27/01/2012, às 19h ou 2ª convocação, para formalização dos atos de venda do imóvel mencionado **2. Objeto** O presente Edital tem por objeto a venda da seguinte propriedade: **Imóvel** - LPP com sede na Rua Ruy Costa nº 275, bairro Meridiana, CEP nº 20.775-050, por motivo de saúde, pelo seu único proprietário em batimento número 332, 10/01/2017, Angélio Pereira Braga - CRCRJ 018.380/0-7 - CPF nº 32.445.537-77.

CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
CNPJ: 33.221.649/0001-91
AVISO - Arham se a disposição dos Senhores Acadêmicos, no sentido social, na Avenida Nelo Peçanha 50 sala 1417, um documento, a qual se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rua de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria


VALE

Companhia Aberta
CNPJ nº 33.992.510/0001-54

FATO RELEVANTE: A Vale S.A. (Vale) informa que está declarando a maioridade (FM) em uma série de contratos de mineração de terras, com prazo de hoje 11 de janeiro de 2012. Estamos iniciando em contratos com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos. 15 acordos com o artigo 1º, § 4º, da Instrução CVM nº 358, em 16/01/2012. Havendo incompatibilidade de prazo com a Instrução CVM nº 358, no item 1º, § 4º, o sistema deverá ser atualizado em CVM, no dia 16/01/2012, no seguinte endereço: www.vale.com. No dia 16 de janeiro, 11 de janeiro de 2012, João Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores.

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
02.709.449/0011-20

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO inicia pública que requeriu ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Licença de Operação para operar o Duto de Transferência de Água Doce existente no Terminal de Cubatuba e a Estação de Barra do Fundão, com capacidade aproximadamente 70 km de extensão, capacitado para transportar com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8" em 29 de Dezembro de 2011 Rodovia Amaral Peixoto km 188 - Macaé/RJ. Processo E 07/512461/2011

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
CNPJ 33.000.167/0001-01
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

PETRÓLLO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS torna pública que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a **OUTUBRO 2013** o **PROJETO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS OUTUBRO 2013**, com validade até 28 de março de 2013, que a **AUTORIZAÇÃO** para a captação de água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Caruru com a finalidade de outros usos (captação e utilização do solo) no **RECURSOS HÍDRICOS** da Bacia de Guanabara, na Fazenda Macaeté, com o **PROJETO** de Macaeté - Guarânia, Posto das Garças, município de Rio de Janeiro.

CAPTAÇÃO: Tetraedrilam COMPERJ, Corpo Hódico, Rio Grande, Rio de Janeiro. Vazão máxima instalada: 350 m³/mês. Vazão média: 2400 m³/mês. Tempo de captação: 16.000 h/mês. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 24.000 m³/mês. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 43' 11,285" e Long. 42° 50' 36,705". **CAPTAÇÃO:** EAF, Costa Hudson, Rio de Janeiro. Vazão máxima instalada: 350 m³/mês. Vazão média: 30 m³/mês. Tempo de captação: 16.000 h/mês. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 14.400 m³/mês. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 40' 49,765" e Long. 42° 51' 51,438". **CAPTAÇÃO:** EAF, Costa Hudson, Rio de Janeiro. Vazão máxima instalada: 350 m³/mês. Vazão média: 30 m³/mês. Tempo de captação: 16.000 h/mês. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 14.400 m³/mês. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 46,126" e Long. 42° 52' 11,831". **CAPTAÇÃO:** EAF, Corpo Hódico, Rio Grande, Rio de Janeiro. Vazão máxima instalada: 350 m³/mês. Vazão média: 30 m³/mês. Tempo de captação: 16.000 h/mês. Período de captação: 30 dias/mês. Vazão mensal: 14.400 m³/mês. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 20,899" e Long. 42° 55' 24,819". **LANÇAMENTO:** Vazão máxima: duas vezes/dia; vazão média: duas vezes/dia. **Processo nº:** E-07/10.023/2008

BR PETROBRAS
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01
NIRE nº 13300032061

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

[illegible]

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

CLÍNICA ESTRELLA LTDA
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

(E SUMA) CON. MATO SOCIAL SOMENS JOAO GUILHERME FILHO (CPF 035 ESTRELLA (CPF 174 737 987 72) LIRYNA SOUZA MANDU (CPF 51 535 317 41) PAULO PAULINO FILHO DA SILVA (CPF 127 517 91) E FLAVIO GOMES FILHO (CPF 407 775 857).
7) CEFETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A
ALICE A PORTADORAS DE DISTURBIOS PSICOTICIS, DIFEREN







SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



CERTIDÃO

*Certifico que **decorreu** o prazo legal sem manifestação da parte promovente.*

GUARABIRA

12 de fevereiro de 2020

CLAUDIO ARAUJO DA SILVA





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Guarabira

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801225-09.2019.8.15.0181

DESPACHO

Vistos, etc.

Intime-se a parte promovida para se manifestar sobre o laudo pericial em 15 dias.

GUARABIRA, 23 de maio de 2020.

Juiz(a) de Direito



Intime-se a parte promovida, por seu advogado, para se manifestar sobre o laudo pericial em 15 dias.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
2ª Vara Mista de Guarabira

PROCESSO Nº 0801225-09.2019.8.15.0181
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Seguro, Obrigação de Fazer / Não Fazer]

AUTOR: IVANILDO BARBOSA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) ofícios nº 1358/2019 e 235/2019, em anexo.

2ª Vara Mista de Guarabira-Pb, 29 de maio de 2020.

CLAUDIO ARAUJO DA SILVA
Técnico Judiciário





GSERV – 235/2019

Guarabira (PB), 16/10/2019

PROCESSO: 0800125-58.2015.8.15.0181
PROMOVENTE: PATRÍCIA FERREIRA DE MELO E OUTROS
PROMOVIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
AÇÃO: CIVEL

Meritíssimo Juiz,

Reportamos ao Ofício nº 1358/2019, de 15/10/2019.

2. Apensamos comprovante da transferência solicitada conforme ofício supra.

Atenciosamente,

BANCO DO BRASIL S/A

GUARABIRA - PB, Alves

Gerente de Serviços em UN

Mat. 5.726.581-X

José Nicodemos de O. Alves
Gerente de Serviços em UN

A
Exmª Srª Drª
HIGIA ANTONIA PORTO BARRETO
Juíza de Direito da 2ª Vara Cível
Comarca de Guarabira
Rua Solon de Lucena, 55 Centro
CEP: 58200-000 – Guarabira - PARAÍBA



Agendamento de Resgate Justiça Estadual

Numero de Protocolo : 00000000044297090
Processo : 08001255820158150181
Numero do Alvará : OFICIO 1358/2019
Data do Alvará : 15/10/2019
Data do Levantamento : 16/10/2019
Beneficiário : JANIO DANTAS GUALBERTO
CPF/CNPJ : 691.234.894-72
Agência do Resgate : 0200 GUARABIRA

DADOS DO RESGATE

Valor do Capital : R\$ 4.600,00
Valor dos Rendimentos: R\$ 2,80
Valor Bruto Resgate : R\$ 4.602,80
Valor do IR : R\$ 0,00
Valor Líquido Resgate: R\$ 4.602,80

DADOS DO CRÉDITO

Finalidade : Crédito em C/C BB
Banco : Banco do Brasil S.A.
Agência : 1885
Conta : 0015005-3
Titular da Conta : JANIO DANTAS GUALBERTO
CPF/CNPJ : 691.234.894-72
Valor Líq. Pagamento : R\$ 4.602,80
Previsão do Pagamento: 16/10/2019

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Conta Resgatada : 3900112771903
=====

Autenticação Eletrônica: 27276F52F06FE956

Valores sujeitos a alterações até o efetivo processamento do resgate.

Acesse seus comprovantes diretamente no site www.bb.com.br, no menu Judiciário > Serviços

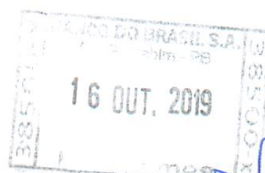
Exclusivos > Depósito Judicial > Comprovantes.

Clientes BB também podem acessar no Autoatendimento Pessoa Física e Gerenciador Financeiro.





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
2ª VARA DA COMARCA GUARABIRA/PB



José NICODEMOS de O. Alves
Gerente de Serviços em UN
Mat. 5.720.581-X

Ofício nº 1358/2019

Guarabira/PB, 15 de outubro de 2019.

Senhor Gerente
Banco do Brasil
Agência de Guarabira/PB

Processo referência nº 0800125-58.2015.8.15.0181 e outros.

Senhor Gerente

Através do presente, solicito de V. Sa que o valor de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) mais eventuais juros existente na conta judicial ID 81230000005073608 em anexo, sejam transferidos para a conta-corrente nº 15.005-3, agência nº 1885-6, no Banco do Brasil S/A, em nome de JANIO DANTAS GUALBERTO, CPF 691.234.894-72, referente ao pagamento de honorários periciais relativo às avaliações médicas efetuadas no Esforço Concentrado das Ações de Seguro DPVAT realizadas no dia 26/08/2019.

Solicito que envie a este juízo o comprovante de transferência.

Atenciosamente

Andressa Torquato Silva
JUÍZA DE DIREITO

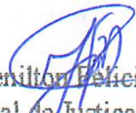


CERTIDÃO

Certifico que em cumprimento ao mandado retro, dirigi-me ao endereço constante no mesmo, e ali sendo, **ENTREGUEI a cópia do Ofício ao Gerente do Banco do Brasil o Sr. JOSE NICODEMOS DE O. ALVES**, o qual após ficar o de todo o teor do presente Ofício, exarou seu ciente no anverso deste e aceitou a cópia do referido ofício que lhe ofereci.

O referido é verdade. Dou fé.

Guarabira, 16 de outubro de 2019.


Josenilton Feliciano Dias
Oficial de Justiça Avaliador
Mat. 473.870-5



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: PATRICIA FERREIRA DE MELO

Réu: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

ALAGOINHA - VARA UNICA

Processo: 08001255820158150181 - ID 081230000005073608

Guia com núm. Conta Judicial disponível no dia seguinte ao

pgto em www.bb.com.br>Governo>Judiciário>Guia Dep. Judicial

ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente

para efetivação do depósito.

Visos etc.

Ante a

pagamento ao

perito

cumpra-se

Guarabira - PB.

15.10.2019

Andressa Torquato Silva
Juiz de Direito

Recibo do Pagador



001-9

00190.00009 02836.585006 79442.479170 1 80810000460000

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

CNPJ: 09.248.608/0001-04

TRIBUNAL DE JUSTICA.PB - PROCESSO: 08001255820158150181, ALAGOINHA - VARA UNICA

Sacador/Avalista

Nosso-Número

28365850079442479

Nr. Documento

81230000005073608

Data de Vencimento

22/11/2019

Valor do Documento

4.600,00

(=) Valor Pago

4.600,00

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço

BANCO DO BRASIL S/A

Agência/Código do Beneficiário

2234 / 99747159-X

Autenticação Mecânica



001-9

00190.00009 02836.585006 79442.479170 1 80810000460000

Local de Pagamento

PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ

BANCO DO BRASIL S/A

Data do Documento

23/09/2019

Nr. Documento

81230000005073608

Espécie DOC

ND

Aceite

N

Data do Processamento

23/09/2019

Data de Vencimento

22/11/2019

Agência/Código do Beneficiário

2234 / 99747159-X

Nosso-Número

28365850079442479

(=) Valor do Documento

4.600,00

(-) Desconto/Abatimento

(*) Juros/Multa

(=) Valor Cobrado

4.600,00

Informações de Responsabilidade do Beneficiário

GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081230000005073608 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br, opção S etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO

CNPJ: 09.248.608/0001-04

TRIBUNAL DE JUSTICA.PB - PROCESSO: 08001255820158150181, ALAGOINHA - VARA UNICA

Sacador/Avalista

Código de Baixa

Autenticação Mecânica

Ficha de Compensação



Assinado eletronicamente por: CLAUDIO ARAUJO DA SILVA - 29/05/2020 12:25:42

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20052912254240600000029856554>

Número do documento: 20052912254240600000029856554



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA ALAGOINHA/PB

Ofício 1073/2019

Guarabira/PB, 26/08/2019

SEDEX - URGENTE

Coordenadoria do Núcleo de Políticas de Acordos
Sr. Paulo Leite de Farias Filho
Seguradora Líder DPVAT
Rua Senador Dantas, 74, 16º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ
CEP 20031-205
Processo referência:

Senhor Coordenador.

Ao cumprimentá-lo, solicito a V. Sa, que seja efetuado o pagamento de honorários periciais referentes às avaliações médicas efetuadas no Esforço Concentrado das Ações de Seguro DPVAT/2019, nesta Comarca, realizado no dia 26/08/2019.

Considerando o valor previamente ajustado de R\$ 200,00 (duzentos reais) para cada perícia realizada, conforme convênio celebrado entre as Líder e o TJPB, esclarecendo, de logo, que por medida de economia e celeridades processuais, indico, para o perito nomeado, um processo dentre os periciados para fins de depósito único e posterior expedição de alvará judicial, conforme informações abaixo.

PERÍCIAS DA 2ª VARA

24 Perícias, sendo que uma já foi paga, então são 23 (Vinte e Três) perícias a pagar, perfazendo o montante de R\$ 4.600,00 (Quatro mil e Seiscentos reais), em favor do Dr. JÂNIO DANTAS GUALBERTO, CRM/PB nº 4382 e CPF 691.234-894-72, processo referência 0800125-58.2015.8.15.0181 (processo Pje).

Segue em anexo relação dos processos.
Atenciosamente.

Hígia Antônia Porto Barreto
Juíza de Direito em substituição da 2ª vara





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA ALGOINHA/PB

01	0800125-58.2015.8.15.0181	
02	0803377-35.2016.8.15.0181	
03	0800471-67.2019.8.15.0181	
04	0802005-46.2019.8.15.0181	
05	0800021-95.2017.8.15.0181	
06	0800762-04.2018.8.15.0181	
07	0800944-58.2016.8.15.0181	
08	0802095-25.2017.8.15.0181	
09	0803006-03.2018.8.15.0181	
10	0801549-96.2019.8.15.0181	
11	0801225-09.2019.8.15.0181	
12	0801396-63.2019.8.15.0181	
13	0802795-64.2018.8.15.0181	
14	0800471-67.2019.8.15.0181	
15	0802992-19.2018.8.15.0181	
16	0800799-94.2019.8.15.0181	
17	0802744-53.2018.8.15.0181	
18	0800683-93.2016.8.15.0181	PAGA
19	0802990-49.2018.8.15.0181	
20	0800279-37.2019.8.15.0181	
21	0800914-18.2019.8.15.0181	
22	0800274-15.2019.8.15.0181	
23	0800084-91.2015.8.15.0181	
24	0802309-50.2016.8.15.0181	EXTRA PAUTA

